

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**JOSÉ JACONIAS DA SILVA**

**A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO  
ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO, MT: REALIDADE OU FICÇÃO?**

**SÃO CARLOS - SP  
2011**

**JOSÉ JACONIAS DA SILVA**

**A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO  
ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO, MT: REALIDADE OU FICÇÃO?**

Dissertação de mestrado para qualificação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, na área de concentração Gestão da Produção.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves

**SÃO CARLOS - SP**

**2011**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586pn

Silva, José Jaconias da.

A política nacional de assistência técnica e extensão rural no assentamento Antonio Conselheiro, MT : realidade ou ficção? / José Jaconias da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

110 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Engenharia de produção. 2. Assentamento agrário. 3. Políticas públicas. 4. Agricultura familiar. I. Título.

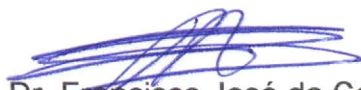
CDD: 658.5 (20<sup>a</sup>)



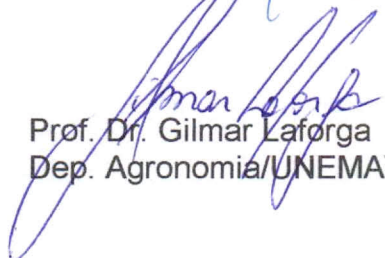
## FOLHA DE APROVAÇÃO

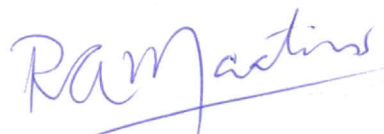
Aluno(a): José Jaconias da Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA E APROVADA EM 25/02/2011 PELA  
COMISSÃO JULGADORA:

  
Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves  
Orientador(a) PPGE/UFSCar

  
Prof. Dr. Hildo Meirelles de Souza Filho  
PPGE/UFSCar

  
Prof. Dr. Gilmar Laforga  
Dep. Agronomia/UNEMAT

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Roberto Antonio Martins  
Coordenador do PPGE

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho de forma muito especial a todos(as) os(as) agricultores(as) familiares do Brasil que trabalham para construir um Brasil de mesa farta para todos os brasileiros.

Dedico com muito amor à minha esposa Dulcely Franco, ao meu pai Joaquim Pereira da Silva à minha Mãe Marlene Madalena de Jesus Silva, à minha irmã Maria Regina, ao meu cunhado Marcos Vitório, ao meu sobrinho Vinicíus Taveira, ao meu irmão Jean Augusto, à minha cunhada Graciela de Oliveira. E enfim, a todos os meus tantos familiares e amigos.

Dedico ainda ao meu grande amigo, companheiro de luta e de sonhos Rodrigo Ney Chrysosthemos (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por todas as bênçãos alcançadas em especial o apronto deste trabalho.

Aos(as) agricultores(as) do Assentamento Antonio Conselheiro e aos técnicos da EMPAER por me permitirem fazer esta pesquisa.

Ao meu orientador Professor Francisco José da Costa Alvez, o Chiquinho pela paciência, por todas as orientações que tanto me fizeram crescer como pesquisador e como pessoa.

A minha querida Unemat na pessoa do professor Gilmar Laforga, que foi um dos grandes responsáveis por estabelecer a parceria deste Minter.

A todos os professores da Ufscar na pessoa do professor Hildo Meirelles, coordenador deste Minter eu agradeço.

Aos meus colegas de mestrado, Geraldo, Laércio, Giovane, Arlete, Adriana, Pacheco, Camila, Regina, Salli, Adelize, Allysson e por último de forma muito especial meus agradecimentos a minha Amiga Ana pelo apoio e incentivo para a conclusão desta importante etapa em minha vida.

Aos meus amigos Sandro Sguarezi e Rodney Garcia pelas valiosas contribuições.

## **RESUMO**

**Este trabalho tem por objetivo entender como chega aos agricultores da agricultura familiar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Essa política foi elaborada em 2004 e foi bastante festejada pelos setores de apoio à agricultura familiar, porque significava um rompimento com o modelo extensionista anterior, que beneficiava a concentração fundiária de um lado, e as empresas produtoras de insumos para agricultura de outro, com vários prejuízos à agricultura familiar. Neste trabalho, adotamos a metodologia de estudo de caso, no qual observamos a Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER) e os agricultores do Assentamento Antonio Conselheiro. Foram aplicados 187 questionários aos assentados, como amostra do universo. A pesquisa conclui que se de um lado, a política avança em favor da agricultura familiar, de outro encontra-se muito distante da meta de tornar a agricultura familiar num componente dinâmico da cadeia de produção alimentar.**

**PALAVRAS CHAVE: ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, POLÍTICA PÚBLICA, AGRICULTURA FAMILIAR.**

## ABSTRACT

This paper has as objective to understand how the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension (PNATE) comes to the farmers of the family farming. This policy was prepared in 2004 and was celebrated by the support sectors to the family farming, because it meant a disruption with the previous extensionist model, which enjoyed the land concentration on one side, and the producing inputs companies for agriculture on the other, with several damages to the family farming. In this paper, we adopt the case study methodology, in which we observed the Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER) and farmers from the settlement Antonio Conselheiro. 187 questionnaires were applied to the settlers, as a sample of the universe. The research concludes that, if from one hand, the policy advances in favor of the family farming, on the other hand it is far from the goal of making the family farming a dynamic component of household food production chain.

**KEYWORDS: SETTLEMENTS OF LAND REFORM, PUBLIC POLICY, FAMILY FARMING**



## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 01 – Mapa de Mato Grosso identificando as regiões onde o MST iniciou seu processo de colonização.

FIGURA 02 – Recorrência para apoio de assistência técnica

FIGURA 03 – Instituições que atendem aos assentados em seu estabelecimento

## **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

QUADRO 01 – Fontes de informações técnicas utilizadas pelo produtor para produção.

QUADRO 02 – Atendimento técnico oferecido nos estabelecimentos do Assentamento Antonio Conselheiro.

QUADRO 03 – Adoção de métodos participativos pelos extencionistas no Assentamento Antonio Conselheiro.

QUADRO 04 – Adoção de métodos participativos pelos extencionistas da EMPAER no Assentamento Antonio Conselheiro.

QUADRO 05 – Orientações para práticas agroecológicas no Assentamento Antonio Conselheiro.

QUADRO 06 – Orientações para comercialização de produção no assentamento Antonio Conselheiro.

QUADRO 07 - Fatores que dificultam a produção no assentamento Antonio Conselheiro.

## **LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS**

**PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**

**EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural**

**Km – Quilômetro**

**ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.**

**MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário**

**MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

**DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural**

**SAF – Secretaria da Agricultura Familiar**

**EMATER – Empresa de Assistência e Extensão Rural**

**EMPA – Empresa de Pesquisa Agropecuária**

**CODEAGRI – Companhia de Desenvolvimento Agrícola**

**SEDER – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural**

**UDR – União Democrática Ruralista**

**Nº - Número**

**VBP – Valor Bruto da Produção**

**INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**

**POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil**

**POLOCENTRO – Programa de Colonização do Centro-Oeste**

**POLOAMAZÔNIA – Programa de Colonização da Amazônia Legal**

**PROMAT – Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso**

**PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**

**MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Método.....	14
1.1.1 Construção da Pesquisa .....	14
1.1.2 Universo e Amostra.....	15
1.1.2.1 Área de Estudo: Assentamento Antônio Conselheiro .....	15
1.1.2.2 Amostra .....	15
1.1.3 Coleta de Dados.....	16
1.1.3.1 Pesquisa Documental.....	16
1.1.3.2 Questionários .....	17
1.1.4 Análise de dados .....	18
1.1.4.1 Pesquisa documental .....	18
1.1.4.2 Questionários .....	19
2 A POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.....	20
2.1 Extensão Rural.....	20
2.1.1 Breve histórico da extensão rural no Brasil.....	22
2.2 A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	25
2.2.1 Agroecologia .....	31
2.2.2 Metodologia participativa.....	34
3 EMPAER.....	38
4 ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO .....	44
4.1 A terra e o processo de colonização do Brasil.....	44
4.2 A colonização de Mato Grosso.....	55
4.2.1 A colonização mato-grossense no século XX .....	58
4.2.3 Periodicizando Tangará da Serra – MT .....	65
4.2.4 Estrutura fundiária de Tangará da Serra - MT.....	69
4.2.5 Surge o Assentamento Antônio Conselheiro.....	71
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	77
5.1 A percepção do produtor quanto à extensão rural oferecida pela EMPAER no Assentamento Antonio Conselheiro em atendimento a PNATER.....	77
5.2 A atuação da EMPAER no Assentamento Antonio Conselheiro .....	89
5.3 Perspectivas e desafios da EMPAER .....	92
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	96

## 1. INTRODUÇÃO

A história da extensão rural no Brasil foi marcada por um modelo altamente excludente, que utilizou como ferramenta a transferência de tecnologias, desconsiderando os conhecimentos adquiridos pelos agricultores ao longo dos tempos, de forma a não valorizar os seus costumes, sua cultura, sua ciência, e, sobretudo, os recursos naturais. Dessa forma, não apontando para a sustentabilidade.

Para dar uma resposta a esse modelo de extensão rural que não atendia às exigências culturais, ambientais, econômicas e sustentáveis, o Governo Federal criou em 2004 a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Esta política visa orientar os órgãos e empresas que prestam assistência técnica às propriedades familiares a promoverem uma agricultura que valorize o homem do campo, a natureza e possibilite uma produção saudável de alimentos (BRASIL, 2004).

Para que o desenvolvimento rural aconteça, é necessária a implantação das mudanças definidas pela Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que possibilite aos órgãos responsáveis pela Assistência Técnica e Extensão Rural a operacionalizá-las nas unidades familiares assistidas.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural propõe a implantação de uma nova ética sócio-ambiental a partir da adoção de princípios e bases epistemológicas da Agroecologia que, conseqüentemente, demanda a adoção de metodologias participativas que valorizem o conhecimento do produtor e o façam de forma autônoma.

O Estado de Mato Grosso dispõe de uma empresa que oferece serviços de assistência técnica e extensão rural, a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER). Com atividades voltadas para a agricultura familiar, a EMPAER atua hoje em 127 municípios de Mato Grosso e serve a 40 mil produtores do Estado, sendo um órgão estratégico para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso (EMPAER, 2010).

Em Tangará da Serra-MT e região, a EMPAER realiza ações de assistência técnica e extensão rural com diversos agricultores, dentre eles os assentados da reforma

agrária do Assentamento Antônio Conselheiro.

O objetivo central da pesquisa é analisar a atuação da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER-MT, no Assentamento Antônio Conselheiro, quanto à aplicação da Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Os Objetivos Específicos desta pesquisa são:

- Perceber se houve o rompimento do uso dos métodos difusionistas e a adoção de metodologias participativas na relação entre extensionistas e agricultores;
- Verificar se está sendo realizada a transição agroecológica nas unidades familiares do Assentamento Antonio Conselheiro, citadas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Para a implantação de políticas públicas eficazes são necessárias a fiscalização e o controle social. À vista disso, o presente trabalho propõe verificar a atuação dos órgãos responsáveis pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, a fim de que os mesmos exerçam seus papéis, atingindo o objetivo proposto pela política.

De maneira geral, as contribuições dessa investigação estão diretamente relacionadas com a funcionalidade das ações propostas pela PNATER, uma vez que o pesquisador esteve em contato direto tanto com os responsáveis de oferecer ações de extensão rural bem como com o público da PNATER. Portanto esse trabalho oferece um resultado analítico da implementação desta política sobre o olhar dos técnicos da EMPAER e dos agricultores do Assentamento Antonio Conselheiro.

Considerando a situação em que se encontra a sociedade organizada, constata-se a necessidade de novas formas sustentáveis de produção rural que respeitem o meio ambiente e a sociedade. A extensão rural tem papel importante nessa tarefa e vem buscando a renovação de seus conceitos, num processo de envolvimento coletivo e participativo com a comunidade.

Nesta pesquisa será apresentado um modelo de assistência técnica que vem sendo aplicado sob a ótica do fortalecimento da agricultura familiar por meio de técnicas agroecológicas, de novas relações entre técnico e agricultor e que considera o saber popular.

Assim, pretende-se colaborar com a comunidade interessada em trabalhar junto aos órgãos responsáveis pelas políticas públicas e junto àqueles que realizam atividades diretamente ligadas com a agricultura de base familiar, no uso da pequena propriedade, e que buscam uma resposta frente aos desafios de desenvolver princípios básicos à sustentabilidade e respeito aos seres humanos e ao meio ambiente.

## **1.1 Método**

### **1.1.1 Construção da Pesquisa**

O primeiro passo para elaboração e execução do presente trabalho foi a delimitação de uma abordagem de pesquisa que permitisse traçar um caminho eficaz para atingir os objetivos estabelecidos. Desta forma, a presente investigação tem um enfoque quali-quantitativo, por entender que seus caracteres descritivos e explicativos contribuem desde a obtenção, às análises e interpretações dos dados coletados no meio social.

A pesquisa qualitativa busca o entendimento da complexidade dos fenômenos, detalhando as particularidades do objeto a partir de diferentes aspectos. Geralmente, nesse tipo de pesquisa, o pesquisador imerge no contexto descrevendo e analisando as singularidades (RICHARDSON, 1999).

A pesquisa foi realizada entre os dias 15 de agosto e 15 de setembro de 2010, no Assentamento Antônio Conselheiro. Foram delimitadas duas etapas: na primeira foi feita uma caracterização acerca da estrutura e atividades desenvolvidas no Assentamento Antônio Conselheiro pela instituição EMPAER por meio da pesquisa documental, sendo analisado o documento Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Na segunda, foram inquiridos os 2 (dois) técnicos extensionistas da EMPAER de Tangará da Serra (Apêndice B) e da EMPAER de Mato Grosso (Apêndice C), e 187 (cento e oitenta e sete) famílias assentadas do Assentamento Antônio Conselheiro, através de questionários (Apêndice A). Na elaboração dos questionários, buscaram-se os métodos da assistência técnica e os trabalhos para a transição agroecológica.

Este estudo pode ser classificado como exploratório, pois visa trazer um conhecimento mais detalhado do problema através da pesquisa documental, e descritivo, que se revela no questionário aplicado diretamente aos sujeitos selecionados. Resumidamente, determina-se que:

- a) exploraram-se, descreveram-se e caracterizaram-se analisando o documento Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER;
- b) e analisaram-se o uso dos métodos difusionistas e a adoção de metodologias participativas e a transição agroecológica nas unidades familiares do Assentamento Antonio Conselheiro no município de Tangará da Serra – MT.

## **1.1.2 Universo e Amostra**

### **1.1.2.1 Área de Estudo: Assentamento Antônio Conselheiro**

A área de estudo foi o Assentamento Antônio Conselheiro, que envolve municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres, em Mato Grosso. O Assentamento está distante 26 km de Tangará da Serra, cidade localizada a 240 km da capital do Mato Grosso, Cuiabá, na região sudoeste conhecida como médio norte mato-grossense. A via de acesso ao Assentamento é seguindo sentido Campo Novo dos Parecis, à esquerda na Rodovia Estadual MT – 339 (mapa do Assentamento Antonio Conselheiro - Anexo 1) .

O Assentamento Antônio Conselheiro, possui área territorial de 38.337 hectares, distribuídos em 38 núcleos sociais denominados agrovilas. No presente trabalho, inquiriu famílias de cada uma das agrovilas.

### **1.1.2.2 Amostra**

O Assentamento Antonio Conselheiro, encontra-se ocupado por aproximadamente 999 famílias, numa média de 3.500 pessoas, organizadas em agrovilas. Para a execução deste trabalho, foram envolvidos dois públicos distintos: os técnicos extensionistas



da EMPAER de Tangará da Serra e a Direção da EMPAER em Cuiabá, na Cidade de Tangará da Serra são 2 (dois) técnicos extencionistas; o segundo público são os assentados do Assentamento Antônio Conselheiro.

Dentre as 999 famílias assentadas, optou-se pela amostragem aleatória simples, pois a população apresenta características semelhantes, não exigindo que a população seja subdivida em pequenos grupos conforme as diferentes variáveis. Dentro de cada agrovila as famílias foram representadas por um número de 0 a 999, em seguida em cada agrovila foram sorteadas 5 famílias, perfazendo uma amostra de 187 (cento e oitenta e sete famílias).

### **1.1.3 Coleta de Dados**

#### **1.1.3.1 Pesquisa Documental**

A pesquisa documental buscou identificar informações a partir de questões ou hipóteses de interesse. Documento é entendido como qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação que possa ser investigado a partir da observação, leitura, reflexão e crítica (GONÇALVEZ, 2005).

Assim, são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação. De acordo Cellard (2008), apesar de existir inúmeras classificações e abundantes tipos de documentos, a grosso modo, os documentos podem ser distribuídos em dois grande grupos, aqueles arquivos e os que não são; os exemplos mencionados pelo autor são: os documentos públicos, como os governamentais, arquivos do estado civil, e os de natureza notarial e jurídica; os documentos públicos não-arquivados, como os jornais, revistas, periódicos entre outros; os documentos privados, ainda que não pertençam ao domínio público, pode ser arquivada e de difícil acesso, como organizações políticas, sindicatos, igrejas, comunidades religiosas, entre outras intuições.

Para caracterização da estrutura e das atividades de extensão rural desenvolvidas pela EMPAER no Assentamento Antônio Conselheiro foi analisado o documento público: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

Na busca, localização e identificação dos documentos, foi acessado o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em posse do documento, iniciou-se a análise preliminar, que corresponde o trabalho de exame e crítica do documento, a fim de contextualizar os aspectos sociais nos quais foram produzidos os materiais escritos. Em seguida, iniciou-se o trabalho de leitura, os dados coletados foram catalogados, em fichas bibliográficas de citação direta e síntese do texto e, concomitantemente, foram apontadas as informações que constituem o documento, seguidas da análise e interpretação crítica.

### **1.1.3.2 Questionários**

Para efetivar a coleta de dados com algumas famílias assentadas, foi escolhido um instrumento que permite o registro da opinião de um grande número de sujeitos: a aplicação de questionários.

Chizzotti (2000) define questionário como um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema de pesquisa com o objetivo de suscitar, dos informantes, respostas, por escrito ou verbalmente, sobre o assunto que eles saibam opinar ou informar.

Cada questionário foi aplicado às famílias assentadas (Apendicê A), apresentaram 17 (dezesete) questões (fechadas de múltipla-escolha), elaboradas na intenção de conhecer a estrutura, a forma que vem sendo conduzido e como vêm sendo colocadas em prática as propostas do serviço de extensão rural – PNATER – pela EMPAER, a partir da perspectiva dos assentados.

No apêndice A, consta o questionário estruturado que foi aplicado às famílias assentadas. Para a coleta de dados, as famílias foram visitadas pelo pesquisador, as famílias foram visitadas pelo mesmo, e aquelas que concordaram em participar foram inquiridas individualmente.

No apêndice B, consta o questionário que foi aplicado aos técnicos extensionistas, composto de cabeçalho com algumas informações acerca da pesquisa,

seguidas de 15 (quinze) questões: fechadas de múltipla-escolha e abertas.

No apêndice C, compreende o questionário feito para a Direção Central da EMPAER em Cuiabá com o Objetivo de entender os desafios e as Perspectivas da EMPAER para atender aos pressupostos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Os dados foram registrados para posterior tabulação e análise dos dados. Para as questões fechadas os itens foram agrupados com o propósito de facilitar a análise de dados; e as abertas, para motivar o entrevistado a expressar sua interpretação sobre o objeto investigado e obter dados precisos. Os questionários foram testados (teste piloto) com alguns produtores rurais do Assentamento Antônio Conselheiro, para identificar problemas de linguagem, de estrutura lógica ou de demais circunstâncias que poderiam prejudicar o instrumento. E em seguida, iniciou-se a coleta dos dados a partir do contato direto com os entrevistados.

#### **1.1.4 Análise de dados**

##### **1.1.4.1 Pesquisa documental**

Os dados documentais, posteriormente a busca, compilação, realizou rigorosa leitura e análise dos elementos que se revelaram importantes para o trabalho, após confrontamento das fichas, apontamentos realizados ao longo do trabalho. Conforme Severino (2002), inicia a fase de redação que consiste na expressão literária do raciocínio desenvolvido no trabalho. Desta maneira, seguindo as sugestões encontradas na literatura, foi desenvolvida a leitura sucessiva do documento, explorando as ideias principais e secundárias do mesmo.

Portanto, essas leituras sucessivas do conteúdo levaram a classificação e organização dos dados encontrados. Para apresentá-los de forma clara e coerente, após esta descrição, os mesmos foram interpretados e discutidos em conjunto com demais pesquisadores da área.

#### 1.1.4.2 Questionários

Os dados coletados através das questões abertas foram tabulados e analisados mediante critérios da análise de conteúdo (BARDIN, 2000). Neste tipo de processamento, inicia-se com a transcrição das falas dos sujeitos e com a construção de um conjunto de categorias descritivas das mesmas, com a finalidade de classificar os dados coletados, seguido da interpretação do conteúdo encontrado.

Esta metodologia possibilitou uma leitura crítica dos enunciados dos discursos, tornando possível à visualização das representações históricas e sociais de cada sujeito. Este tipo de procedimento de análise de dado permite que o pesquisador faça inferências sobre as respostas dos sujeitos e até mesmo nas entrelinhas do discurso. Segundo Franco (2003), toda mensagem falada, escrita ou sensorial contém, potencialmente, uma grande quantidade de informações sobre seu ator: suas filiações teóricas, concepções de mundo, interesse de classe, traços psicológicos, representações sociais, motivações, expectativas.

O material das questões fechadas foi tabulado no Microsoft Excel e foram realizadas algumas análises simples descritivas: frequências absolutas e relativas, que contribuirão para quantificar estatisticamente e esclarecer alguns dados relevantes para a presente pesquisa.

## **2 A POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

### **2.1 Extensão Rural**

Em diversas literaturas há definições e conceitos sobre a extensão rural, logo, seguem alguns que despontam e facilitam assim nosso entendimento para a reflexão e correlação com a proposta da PNATER.

Para Queda (1991), extensão rural é um processo de trabalho cooperativo, baseado nos princípios educacionais, que tem por fim levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural ensinamento sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar seus hábitos, atitudes de família, nos aspectos técnicos, econômico e social, possibilitando-lhes maior produção e melhor produtividade, elevando-lhes a renda e melhorando seu nível de vida.

A extensão rural é um instrumento de política pública capaz de estimular, construir, implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, tendo como foco de ação prioritária o fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações. (QUEDA, 1991).

Somam-se aos conceitos, além do respeito aos saberes dos produtores a necessidade de desenvolver junto com a comunidade, ações que privilegiem o potencial endógeno, levar à conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas, à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade e que promovam a igualdade e inclusão social. Construindo, assim, um sistema produtivo norteado pelos princípios da Agroecologia que adota um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, e a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas (CAPORAL e COSTABEBER, 2000).

Costabeber (2000) faz algumas considerações a respeito do papel da extensão rural e, segundo ele, a extensão deve agir de forma a criar espaços onde se respeite os múltiplos olhares sócio-culturais e políticos. Entender que sua atuação deve se dar num campo educativo perante uma realidade desafiante, pois há diversidade, desigualdade, contradições e conflitos, e o extensionista deve encontrar condições de atuação expressiva.

Segundo Caporal (1991), podemos dizer que a instituição “extensão rural” é o resultado do movimento dialético instituinte/instituído, que, historicamente, elabora e reelabora as normas, regras e valores que devem orientar a prática dos extensionistas.

Por Caporal e Ramos (2007), a chamada metodologia de extensão rural, de caráter difusionista, foi construída com base no enfoque behaviorista. No behaviorismo, para cada ação há uma reação, o homem pode ser domesticado, dando respostas condicionadas a estímulos e, dessa forma, readaptando o seu ser no mundo. Com base nesta teoria, a Ater convencional desenvolveu um esquema metodológico que incluía a carta circular, a visita, a reunião, as unidades de observação e demonstrativa, os dias de campo, etc., de forma a convencer os agricultores a adotar tecnologias.

Como o desenvolvimento sustentável almejado pelo país não pode ser alcançado unicamente por meio da transferência de tecnologias, tem sido defendida uma ruptura com o modelo extensionista baseado no caráter difusionista com base behaviorista e nos tradicionais pacotes da “Revolução Verde”, substituindo-os por novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico, que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar novos objetivos (CAPORAL e RAMOS, 2006).

Como assegura Queda (1991), no caso do Brasil, o seu alinhamento (da extensão rural) à política da guerra fria teve como consequência a sua amarração às tentativas de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia dos Estados Unidos da América. O debate sobre as condições do seu atraso, bem como das alternativas de superação se processam dentro deste quadro.

Desta forma, pode-se dizer que o modo de pensar de Freire (1992) é o que mais se aproxima do objetivo da extensão rural proposta pela Política Nacional da Assistência técnica e Extensão Rural, pois, ao contrário da imposição do uso de pacotes tecnológicos, é recomendado o uso de metodologias participativas, nas quais os produtores percebem as dificuldades que enfrentam e a partir destas, vislumbram soluções para as mesmas, construindo tecnologias a partir de seus saberes, de suas necessidades.

### **2.1.1 Breve histórico da extensão rural no Brasil**

A extensão rural no Brasil nasceu sob o comando do capital, com forte influência norte-americana e visava superar o atraso na agricultura. Para tanto, havia a necessidade de “educar” o povo rural, para que ele adquirisse equipamentos e insumos industrializados necessários à modernização de sua atividade agropecuária, com isso ele passaria do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento (CAPORAL, 2007).

Historicamente, observa-se que, desde as décadas de 1970 e 80, houve um aumento nas unidades familiares na área rural, sejam elas inicialmente de posseiros, meeiros, arrendatários. Sobre esta situação, Oliveira (1997) afirma que a agricultura familiar que a “rápida expansão por todo país, no entanto, está longe ainda de implantar o domínio dessa forma de produzir no campo. Mais do que isso, a sua expressão abriu possibilidades concretas para a recriação do trabalho familiar camponês.” Seguindo, em décadas posteriores, os assentados da reforma agrária compuseram novamente novos números, proporcionando um aumento significativo no número de famílias retornando às atividades no campo. Esta realidade apresentada por Ariovaldo de Oliveira culmina historicamente com a estruturação da rede estadual para a promoção do acompanhamento técnico a estas famílias.

O trabalho realizado na extensão rural ou a transferência tecnológica está em crise, não só no Brasil ou na América Latina, mas também em outros países do mundo. O motivo de tal decadência ancora-se no princípio do desenvolvimento agropecuário, com a intenção de aumentar a produtividade e os lucros a qualquer custo econômico, sem considerar os prejuízos ambientais, sociais e culturais dos povos. Esta extensão rural foi a que promoveu e desenvolveu, nos Estados Unidos, na Europa e, a partir da década de 1950, a chamada “revolução verde” nos países em desenvolvimento (GUTERRES, 2006).

Esse instrumento de política pública cumpriu seu papel estratégico a partir do interesse dos organismos internacionais e das corporações multinacionais dos Estados Unidos e da Europa, mas, a partir do final dos anos de 1980 e fortemente nos dias de hoje, estão ocorrendo importantes mudanças nas ações e atuações da extensão rural. A globalização dos mercados agrícolas, a retirada do Estado da execução dos programas rurais, as privatizações

de serviços estatais, a ineficiência dos sistemas propostos e, mais recentemente, as preocupações ambientais e a sustentabilidade dos agroecossistemas levantaram sérios questionamentos ao modelo desenvolvido até então pela grande maioria dos extensionistas. Logo, da forma como vinha acontecendo, esta assistência não é mais eficiente e nem cumpre com os novos objetivos propostos.

Mesmo com essa condição de decadência, a extensão rural pública continua sendo um dos principais instrumentos de intervenção, ordenação e controle do Estado sobre o meio rural, transparecendo claramente uma questão de poder. Poder sobre alocação de recursos, decisão sobre início e término de atividades, beneficiar uns em detrimento de outros. São estas as atividades que, até então, representavam de forma negativa esta extensão. É o fim de um sistema tradicional assistencialista concebido por interesses alheios aos agricultores.

E tal sistema não serve mais, em razão de sua atuação ser de caráter linear, de desprezar o conhecimento não científico, não orientar para a demanda dos camponeses e as exigências dos mercados, ter enfoque paternalista e atuar de forma individual (GUTERRES, 2006).

No entanto, vale lembrar que a situação camponesa e suas inter-relações com o trabalho e o desenvolvimento sofreram e sofrem grande pressão do sistema capitalista produtivista, e, atrelado ao próprio projeto político de “desenvolvimento” do Brasil, onde se tinha a necessidade de criação de massa de trabalho, pois a revolução industrial que acontecia concomitantemente à revolução verde, trazia em suas entrelinhas a expulsão do homem do campo.

Para isso, estudiosos deste processo de desenvolvimento do modo capitalista, que visava à generalização das relações de produção rural, apontavam dois caminhos: “um seria produto da destruição do campesinato ou dos pequenos produtores de subsistência, como preferem chamá-los dentro da diferenciação interna gerada pelas contradições típicas desse processo de integração no mercado capitalista.” Com o resultado gerado por este caminho, teríamos a formação de duas classes distintas: os pequenos capitalistas rurais e os camponeses empobrecidos – proletariado. O outro caminho, seria a modernização do latifúndio transformando-se em empresas capitalistas (OLIVEIRA, 1997).

Esse processo de penetração de relações capitalistas de produção no campo



orquestrado através da separação se daria em três etapas: a primeira seria a separação do camponês de seus vínculos hierárquicos comunitários tradicionais, destruindo a economia natural e tradicional individualizando as famílias; a segunda seria gerada pela introdução da economia de mercado, marcando a divisão entre indústria rural e agricultura; e a terceira seria a separação dos meios de produção, promovendo uma proletarização através das formas capitalistas de produção. Enfatiza-se nessa corrente, portanto, o uso do conceito de coerção extra-econômica, isto é, o poder político desempenharia um papel de destaque no processo de penetração de relações capitalistas no meio agrícola (OLIVEIRA, 1997).

O Brasil passou por diversas fases durante seu histórico de extensão rural. A primeira fase, chamada “humanismo assistencialista”, prevaleceu desde 1948 até o início da década de 1960, e nela os objetivos do extensionista eram o de aumentar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, melhorar o bem estar das famílias rurais com aumento da renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produzir. Em geral, as equipes locais eram formadas por um extensionista da área agrícola e um da área de Economia Doméstica (CAPORAL, 1991).

A segunda fase, que orientou as ações dos extensionistas no período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980), era chamada de “difusionismo produtivista”, baseando-se na aquisição por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados). A extensão rural servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) visava o aumento da produtividade e à mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno” (CAPORAL, 2006).

Do início dos anos 1980 até os dias atuais, devido principalmente ao término do crédito agrícola subsidiado, iniciou-se no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. O “planejamento participativo” era um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com bases na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire. Essa fase foi chamada de “humanismo crítico” (CAPORAL, 2006).

Segundo Caporal e Costabeber (2000) é necessário que a extensão rural reveja sua caminhada e busque novas metodologias que sejam capazes de atender o agricultor

familiar com qualidade.

Guterres (2006) propõe que o campo de ação deve se unir ao conjunto de valores sociais e históricos (a reconstrução do saber local) para resgate da identidade própria, tipicamente camponesa, preservando a diversidade da vida – biodiversidade e cultural – para a superação da crise. Isso só será possível com a constante busca de motivação num processo de organização social, com amplo debate coletivo, formação política, social e cultural, não só dos dirigentes e assessores, mas também da massa como um todo.

Com isso, urge o resgate de identidades locais, tradicionais e culturais de saberes populares (identidade de classe) para que possamos construir um desenvolvimento rural sustentável contrapondo o avanço convencional “modernizador” que se impõe e coloca em risco o futuro do meio ambiente e da população brasileira (GUTERRES, 2006).

Assim, se consolida no cenário nacional, como momento histórico de suma importância para a agricultura familiar na perspectiva da extensão rural, a construção da PNATER, que materializa o anseio da mudança, da ruptura com a metodologia difusionista e institui uma forma nova de construir, de pensar, de agir, planejar e replanejar, onde o público alvo se torna sujeito do processo, parte fundamental e estratégica, segundo sua organização, para a operacionalização desta nova política.

## **2.2 A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**

Em meados do mês de junho de 2003, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), após alguns anos de esquecimento, ganharam um novo status. Na ocasião, foram transferidas do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e passaram a ser coordenadas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

Esta transferência do DATER para uma instituição vinculada à agricultura familiar significou a aposta em um estilo diferenciado de assistência técnica, rompendo com a herança de um serviço que existe no país há mais de cinquenta anos, e que vinha sofrendo

grandes transformações. Essas transformações podem ser caracterizadas pela desestruturação das instituições estatais voltadas para ATER, e, em paralelo, pela emergência de uma multiplicidade de experiências de organizações não governamentais, empresas prestadoras de serviços, organizações vinculadas a movimentos de agricultores, que, sem qualquer tipo de coordenação pública, vinham atuando no meio rural.

No intuito de orientar o processo de reconstrução das atividades de ATER, enquanto instrumento de política pública, o MDA promoveu um amplo processo de discussão nos Estados, envolvendo técnicos, representações de agricultores, instituições de ensino e pesquisa, entre outros, para que se estabelecessem as bases que deveriam compor uma nova política. Em maio do ano seguinte, o MDA lançou oficialmente o documento que ficou conhecido como PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural). Desde 2003, no entanto, as atividades de ATER apoiadas pela SAF, através de editais públicos de chamadas para projetos, já vinham seguindo orientações que, posteriormente, vieram a ser “oficializadas” pela Política.

No ano de 2010 o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou, a lei número 12.188, lei esta que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural ou seja a PNATER foi transformada em lei.

Conforme Brasil (2004), algumas propostas da PNATER merecem destaque:

- o público ao qual se dirige (priorizando agricultores familiares mais empobrecidos, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, assentados de Reforma Agrária, ribeirinhos, extrativistas);
- a forma de gestão e de financiamento do sistema de ATER (combinando recursos federais, estaduais, municipais e de fontes internacionais, gerenciados através de Fóruns Públicos Mistos, compostos por vários tipos de representantes);
- a matriz tecnológica (baseada na agroecologia, visando ao desenvolvimento sustentável, à busca de segurança alimentar e ao uso sustentável dos recursos naturais);
- metodologia de trabalho, participativa, democrática, valorizando os espaços de construção da cidadania. Estes temas estão explicitados na forma de

princípios, diretrizes, objetivos, e orientações metodológicas e estratégicas.

Para a consolidação da PNATER, o DATER e a SAF têm se apoiado, basicamente, na combinação de três grandes ações do Ministério:

- (i) a reconstrução do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar (CONDRAF) e, dentro dele, do Comitê Nacional de ATER, com uma participação ampliada de vários setores representativos dos agricultores familiares;
- (ii) o financiamento a instituições estatais de ATER, mediante a apresentação de projetos; e financiamento de ações de capacitação junto aos públicos beneficiários, dirigidos para instituições não estatais (organizações não governamentais, cooperativas, instituições de ensino e outras);
- (iii) e ações diretas de capacitação de técnicos de instituições estatais e não estatais, em todo o Brasil, para a divulgação, discussão e assimilação das novas orientações (BRASIL, 2004).

A ação principal do DATER para implementação da PNATER se dirigiu basicamente para a formação de quadros. Nesse intuito, foram realizados seminários em todos os estados do país, que divulgaram a política e elaboraram planos estaduais de formação; oficinas de nivelamento conceitual em todas as regiões para discutir as novas estratégias; cursos de formação dos mais variados (sobre agroecologia, metodologias participativas, plantas medicinais e saúde, ATER para quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e indígenas), enfim, um grande rol de ações com vistas a divulgar e consolidar as propostas apresentadas na PNATER, já avançando sobre as propostas de formação de redes, respeitando as dinâmicas locais e integrando instituições dos mais variados matizes.

O que a PNATER propõe, em síntese, é atacar as questões:

- de reconstrução da capacidade de intervenção dos agentes públicos, vistos como uma rede que não exclui organizações não estatais, mediante capacitação, criação de condições de estabilidade de financiamentos, com mecanismos de monitoramento, regras de avaliação, etc.
- da democratização da prestação do serviço: no nível local, estadual e nacional, mediante a criação de canais de participação dos usuários e servidores

(fóruns, conselhos, etc.), entre os quais se destacam a iniciativa de recriação do CONDRAF (como instância de discussão sobre os rumos do desenvolvimento rural proposto), e o fortalecimento de outros conselhos em nível estadual e municipal;

- de metodologias e matriz tecnológica, adotando métodos participativos de diagnóstico e planejamento, e o enfoque agroecológico. Talvez aqui resida a maior parte dos desafios, pela tradição difusionista ainda existente entre os técnicos de campo, e também pela inexistência de pesquisas suficientes para a transição tecnológica almejada (BRASIL, 2004).

Se esta política vai ser bem sucedida ou não, depende, entre outros fatores, da sua capacidade de legitimar-se diante dos seus principais interessados (os agricultores familiares e demais públicos priorizados) e de convencer a sociedade e os governos a criarem as condições para que, no mínimo, esse tema não seja mais deixado de fora das agendas políticas daqui para frente (CAPORAL, 2006).

A política nacional de Ater traz em sua estrutura princípios e diretrizes que, de uma forma clara e objetiva, faz valer o direcionamento às atividades voltadas a agricultura familiar, rompendo com o sistema convencional da 'revolução verde', fazendo, propondo a ruptura com a Teoria da Difusão e redirecionando ações em novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico.

Tomando como referência Guterres (2006), pode-se citar os princípios e diretrizes da PNATER.

#### Princípios.

- Exclusividade aos agricultores familiares.
- Desenvolvimento endógeno.
- Adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma ecológico baseado nos princípios da agroecologia.
- Um modo de gestão capaz de monitorar, avaliar e rever continuamente o andamento das ações, de forma a democratizar as decisões.
- Desenvolver processos educativos.

## Diretrizes.

- Apoiar ações múltiplas e articuladas de assistência técnica e extensão rural.
- Garantir a oferta permanente e contínua de serviços de Ater.
- Apoiar ações destinadas a qualificação e aumento da produção agropecuária e pesqueira, com ênfase à produção de alimentos básicos.
- Contemplar todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades.
- Desenvolver ações que levam à conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e à preservação dos ecossistemas e da biodiversidade.
- Viabilizar serviços de ATER que promovam parcerias entre instituições federais, com organizações não governamentais e organizações de agricultores familiares.
- Estimular a participação da ATER nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais, em relação sistêmica com instituições de ensino e pesquisa, de modo a proporcionar um processo permanente e sustentável de aperfeiçoamento da agricultura familiar.
- Orientar estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada dos agricultores no mercado globalizado, visando gerar novas fontes de renda.
- Garantir que os planos e programas de ATER, adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de gênero, de geração e das condições sócio econômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas.
- Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular sua permanência na agricultura familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão rural.
- Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização e cidadania visando a superação da discriminação, opressão e exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os

quilombolas e os indígenas.

Cabe, ainda, apresentar aqui o objetivo geral atribuído a esta política, apresentado pelo MDA-SAF, que é “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, tendo como centro o fortalecimento da ‘agricultura familiar’, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações.”

Através dessa reflexão, após a apresentação de dados que norteiam as atividades de Ater que ‘devem’ ser desenvolvidas, possibilitando e promovendo o sucesso prático da PNATER, parece ser possível afirmar que a superação dos obstáculos à mudança da prática da extensão rural dependerá não só dos espaços conquistados no interior do Estado e seus aparelhos, como principalmente, daquelas mudanças que possam vir a ocorrer com relação à ideologia e posição de classe que movem os extensionistas em seu querer-fazer e dão direção aos interesses que defendem em seu trabalho diário. É, pois, necessário que mudem os homens e as mulheres que fazem extensão rural, para que possa mudar sua prática (CAPORAL, 1991).

Pretende-se com a chamada nova extensão, rural conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário – (MDA), 2004, citado por CAPORAL (2006, p.10),

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhora da qualidade de vida da sociedade.

Uma nova ATER pública e universal deve incorporar uma proposta de desenvolvimento, com a promoção da cidadania e da participação, reconhecendo saberes dos camponeses e suas experiências, romperá com o isolamento de famílias empobrecidas e esquecidas pelo antigo sistema. Enfim, o profissional extensionista deve ter claro que seu trabalho busca proporcionar o desenvolvimento sustentável das famílias e grupos atendidos, tendo em vista as atividades provocadas, bem como os resultados obtidos, tanto na própria

unidade de produção (propriedade), como na comunidade ou grupo social no qual esta família ou famílias estão envolvidas. Como apresenta Guterres (2006), “deve ainda andar junto, lado a lado, com uma nova educação e uma nova pesquisa no campo”.

Duas questões estruturantes da nova proposta de extensão rural dizem respeito à transição agroecológica e aos métodos participativos na execução da extensão rural, conforme veremos a seguir.

### **2.2.1 Agroecologia**

As atividades propostas dentro da PNATER, no tocante às técnicas e tecnologia de produção, devem ser ancoradas aos princípios da agroecologia, em todos os sentidos. Sob o enfoque agroecológico, a sustentabilidade deve ser estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões que podem ser conflitivas entre si em realidades concretas (COSTABEBER e MOYANO, 2000).

Contudo, a agroecologia não está pensando numa agricultura apenas de subsistência, mas a integração ao mercado de produtos e insumos; deve ser olhada com cautela, para não aumentar a dependência do produtor. Por outro lado, tem que reconhecer que os sujeitos que enfatizam a necessidade de modernizar a agricultura familiar, também não deixam de reconhecer os impactos ambientais e sociais que muitas das chamadas técnicas modernas têm provocado ou poderão vir a provocar (GLIESSMAN, 2000).

Ao iniciar uma discussão sobre sustentabilidade e solidariedade, inclusive econômica, na qual existe uma necessidade evidente de compreender melhor a noção de agroecologia que vem respaldando o processo de transição agroecológica em curso com seu caráter ecossocial.

Caporal e Costabeber (2002) observam que, na prática e teoricamente, a Agroecologia precisa ser entendida como um enfoque científico, uma ciência ou um conjunto de conhecimentos que nos ajuda tanto para a análise crítica da agricultura convencional (no sentido da compreensão das razões da insustentabilidade da agricultura da Revolução Verde), como também para orientar o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).



Em síntese, há consenso sobre a necessidade de construir uma agricultura mais sustentável que considere os aspectos sociais e ambientais, além dos aspectos econômicos, e sobre a importância dos agricultores familiares na construção desse novo modelo, mas, ainda há divergências sobre os modelos mais apropriados para que a agricultura familiar atinja esses objetivos. Há uma linha que defende maior competitividade e integração nos mercados e o enfoque agroecológico que se fundamenta numa profunda mudança no modelo tecnológico, na organização da produção e até mesmo numa mudança de valores e na própria organização da sociedade (ALTIERI, 2001).

A sustentabilidade em agroecossistemas é algo relativo que pode ser medido somente *expost*. Sua prova estará sempre no futuro (GLIESSMAN, 2000).

Por vários autores que falam sobre agroecologia, é vastamente divulgado e proposto o desenvolvimento e promoção de fortalecimento do tecido social agrário para, conseqüentemente, fortalecerem-se as instâncias de produção. O que o profissional que desenvolve atividades da PNATER deve realizar, para ter sucesso em suas ações, são ações que promovam envolvimento e comprometimento recíproco quanto a técnicas de produção e organização das atividades agrícolas e não agrícolas. Atividades estas que possam proporcionar às famílias um retorno financeiro justo pela atividade e não agrida o meio ambiente e as estruturas sociais através da sua execução. Galvão (1982), citado em Bonilla (1992), apresenta que uma produtividade moderada, contínua e estável é preferível a uma elevada produtividade inicial que acarretaria, posteriormente, riscos ao equilíbrio do ecossistema florestal, do ponto de vista ecológico. Esta premissa, estendida a quaisquer outros agroecossistemas produtivos, continua sendo perfeitamente válida e continua sendo o cerne do modelo de otimização produtiva.

Este modelo visa à criação de uma atividade agrícola voltada para os interesses da coletividade, entendendo por estes interesses, sobretudo, as necessidades alimentícias, mas, também as energéticas e de outros produtos, dos habitantes daquela localidade, assim como a manutenção da capacidade produtiva do solo. Isto é o oposto à preocupação quase que exclusiva do modelo de maximização lucrativa de obter do campo lucros individuais (BONILLA, 1992).

O trabalho profissional deve, e com muita particularidade, promover o desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar. Logo, o profissional capacitado tem a

obrigação de trabalhar para difundir o holismo. A percepção holística aplicada à agricultura significa que a linha-diretriz do trabalho não passará pelos objetivos cruamente imediatistas e individualistas que caracterizam a reducionista agricultura química, e, sim, por uma abordagem de conjunto inter e multidisciplinares. Esta abordagem inter e multidisciplinar deve ser ampla, estendendo-se além dos muros estreitos das disciplinas agropecuárias. Com efeito, a agricultura alternativa tem como eixo, como ponto focal, uma tríade constituída pelo homem, que trabalha a terra, pela terra mesma (considerando aqui o solo, o meio ambiente, as plantas e os animais) e pela necessidade humana de alimentos e de outros bens. Por isso é que dizemos que a natureza da agricultura alternativa é holística, sintetizante, integralista, unitária (BONILLA, 1992).

Destaca ainda que, holismo, em suma, é uma visão mais amadurecida, mais completa e mais espiritualizada da vida, pela qual se compreende que o processo da criação é ordenado, gradual e, sobretudo, inter-relacionado. Apresenta, para melhorar o entendimento, duas visões antagônicas acerca da agricultura, em que a da agricultura agroquímica aparece como um meio de gerar lucro a qualquer custo e alheia às conseqüências de sua exploração; e a agricultura ecológica como o meio pelo qual a humanidade satisfaz – entre outras – sua necessidade mais imperiosa: alimentar-se. Portanto, ela – agricultura ecológica – deve ser desenvolvida tendo em conta seu altíssimo objetivo, atrelada ao modelo de otimização da produção.

Para que esta ação articulada, planejada, coerente e eficiente venha ser realidade dentro do sistema de Ater pública de qualidade, que se soma com um processo de desenvolvimento sustentável. Salienta Guterres (2006) que “os serviços de Ater devem incorporar, em sua forma de ação e intervenção, uma abordagem holística e um enfoque sistêmico, articulando o local, a comunidade e o território às estratégias que levem a enfoques de desenvolvimento rural sustentável e, também, de transição a estilos de agricultura sustentável”.

Assim, como parte importante e necessária deste processo de desenvolvimento, a partir dessas premissas, deverão ser privilegiadas as atividades de pesquisa-ação participativas, que contemplem o protagonismo de agricultores-experimentadores, bem como novas estratégias de socialização de conhecimentos e mobilização comunitária, e que possibilitem a participação de agricultores(as) como agentes comunitários de

desenvolvimento rural.

### **2.2.2 Metodologia participativa**

Mais que conceitos sobre metodologias de trabalho, é preciso também compreender que a PNATER traz sobre si um novo conceito de fazer extensão rural. Esse novo jeito de assessorar o campo, a agricultura familiar, está fundamentada em alguns princípios importantes: agroecologia, respeito aos conhecimentos e saberes locais, sustentabilidade, valorização da diversidade e da diferença. Para tanto, os extensionistas precisarão reconstruir seus saberes, seu procedimentos, seus métodos.

Mais que questões quantitativas, as amostragens feitas por pesquisas convencionais não tem refletido a vontade, o desejo e nem os conhecimentos dos povos do campo, das culturas dos povos que vivem no e do campo. Então, ao escolher uma metodologia de pesquisa, pressupõe-se um objeto, um determinado campo. Neste caso, o campo da extensão agrícola, da agricultura familiar originária de movimentos sociais. Então, foi necessário lançar mão de uma metodologia que vincule seus resultados à tomada de consciência dos fatores envolvidos nas situações de vida imediata e na participação coletiva para a construção de um novo projeto, de um novo modo de ser e fazer e a agricultura familiar, de natureza agroecológica.

Brandão (1986) nos lembra de que a identificação de problemas e possíveis soluções e o estabelecimento de programas constituem procedimentos que podem ser utilizados com a ajuda de técnicas tradicionais como as da pesquisa documental, dinâmicas de grupo, informações vivas e opinativas dos participantes. Porém, essas fontes são “ajudas técnicas tradicionais.” E, por serem ajudas não podem ser tomadas como finalidade.

Talvez uma das finalidades dessa nova extensão rural é fazer com que os conhecimentos dos agricultores se una ao dos técnicos, ficando o técnico portanto com o papel de facilitador.

Observando os questionamentos citados, surge a pergunta sobre como deve ser o perfil de um facilitador de mudanças, quais são as principais características

comportamentais e habilidades desta pessoa que tem como função estimular, acompanhar e facilitar o processo de mudança nos grupos acompanhados, sejam no meio rural ou urbano. Como o extensionista/facilitador tem o seu foco principal no trabalho participativo, lidando o tempo todo com indivíduos e grupos, ele deveria ser uma pessoa: Comprometida, íntegra, sincera, realista, transparente, dinâmica, criativa, inovadora, respeitadora, sensível.

Esses conceitos nos impõem alguns questionamentos. Questionamentos feitos por Jesus (2009, p. 68):

O que é conhecimento?

Qual o entendimento do extensionista rural e da extensionista rural em torno do significado de conhecimento e como se processa a sua produção?

De forma simplificada, pode-se formular um entendimento sobre conhecimento baseado em três elementos:

- a) o sujeito cognoscente, isto é, alguém que tem a capacidade de conhecer;
- b) o objeto cognoscível, isto é, algo que pode ser conhecido; e
- c) a imagem, ou seja, o resultado, o que fica da relação entre o sujeito e o objeto.

Galliano (1986:17) assim se expressava:

Em linhas gerais, conhecer é estabelecer uma relação entre a pessoa que conhece e o objeto que passa a ser conhecido. No processo de conhecimento, quem conhece acaba por, de certo modo, apropriar-se do objeto que conheceu. Dessa forma, 'engole' o objeto que conheceu. Ou seja, transforma em conceito esse objeto, reconstitui-o em sua mente. (JESUS, 2009, 68)

A partir das contribuições de Jesus (2009), percebe-se que a metodologia de um trabalho de cunho social, popular, e de promoção do conhecimento não parte do pressuposto de que o grupo pesquisado tem a oferecer ou a receber para e do pesquisador. Reconhece, e este é o ponto de partida, a capacidade que este grupo tem para aprender, a conhecer e, por conseguinte, a transformar suas necessidades em conhecimentos, em ferramentas sociais. Ou seja, a construção espontânea dos saberes locais, sendo transformados em tecnologias sociais.

Jesus (2009, p. 72), tomando como parâmetro os estudos de Ruriz (1996:91), afirma que “[...] todo homem, no decorrer da existência, “vai acumulando conhecimentos daquilo que viu pessoalmente, daquilo que ouviu de terceiros; vai acumulando vivências, vai interiorizando as tradições da coletividade”. [...]

Jesus (2009, p. 74) considera que “a consciência das diferenças entre tipos de conhecimentos com os quais se interage no cotidiano pode contribuir para a adoção de atitudes de valorização dessas diferenças e de aprendizagens a partir das diferenças”. Ou seja, é exatamente a percepção dos tipos de conhecimentos que se constituem em relações possíveis para transformar a realidade.

Mais do que informar sobre os números do campo, informações econômicas, de mercado e outras. O extensionista tem que permitir que o agricultor e sua família possam ser algo vivo nesta relação de dialogo constante. E que isto possa ocorrer de forma participativa com na pesquisa participante, que considera o pesquisado como sujeito valorizando o qualitativo<sup>1</sup>.

Tomando como parâmetro as formulações de Gajardo (1986), pode-se considerar que a pesquisa participante é:

- a) Um processo de conhecer e agir. A população engajada na pesquisa participante simultaneamente aumenta seu entendimento e conhecimento de uma situação particular, bem como parte para uma ação de mudança em seu benefício.
- b) Iniciada na realidade concreta que pretende mudar. Gira em torno de um problema existente. Caso haja consciência suficiente, a própria população inicia o processo e pode até mesmo dispensar o perito externo. Mas ainda

---

<sup>1</sup> O qualitativo está ligado à análise dos sentidos que vão ganhando consistência nas práticas. O sentido é a virtualidade que pulsa nas ações, é processualização da vida e atravessa o significado, uma vez que está na ordem das intensidades. Desse modo, o desafio dos pesquisadores é ir além do reconhecimento das representações estabelecidas na comunidade investigada, dos consensos que dão forma e apresentam a vida como uma estrutura definida nos seus valores, produções e expectativas. O qualitativo refere-se, então, à possibilidade de recuperar as histórias dos movimentos dessa comunidade, sendo percebido nos conflitos, nas divergências, nas ações que fazem diferença, que facultam a produção de sentidos outros, frente ao hegemônico, para um futuro indeterminado. Isso implica escapar ao crivo que serve para diagnosticar os desvios na funcionalidade cotidiana das organizações sociais, afirmando a diferença como um modo de ser possível nas relações do coletivo. A pesquisa-intervenção busca acompanhar o cotidiano das práticas, criando um campo de problematização para que o sentido possa ser extraído das tradições e das formas estabelecidas, instaurando tensão entre representação e expressão, o que faculta novos modos de subjetivação. (ROCHA, 2003).

começando pelo perito, o envolvimento da população é essencial.

- c) Variam a extensão e natureza da participação. No caso ideal, a população participa do processo inteiro: proposta de pesquisa, coleta de dados, análise, planejamento e intervenção na realidade.
- d) A população deve ter controle do processo.
- e) Tenta-se eliminar ou reduzir as limitações da pesquisa tradicional. Pode empregar métodos tradicionais na coleta de dados, mas enfatiza posturas qualitativas e hermenêuticas, e a comunicação interpessoal.
- f) É um processo coletivo.
- g) É uma experiência educativa.

### 3 EMPAER

Em Mato Grosso, o serviço de Extensão Rural foi constituído oficialmente no dia 15 de setembro de 1964, marco histórico para a agricultura e pecuária no Estado.

Durante essas quase cinco décadas, a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), esteve presente com os agricultores, incentivando o desenvolvimento rural e difundindo novas tecnologias para os pequenos e médios produtores, a fim de gerar e garantir o desenvolvimento econômico e social das famílias rurais, observadas e difundidas os preceitos econômicos e as respectivas concepções e funções sociais relacionadas à terra, à produção agrícola.

De acordo com a EMPAER (2010), a empresa foi instituída em decorrência da fusão da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Empresa de Pesquisa Agropecuária (Empa) e Companhia de Desenvolvimento Agrícola (Codeagri). Ela é uma empresa de economia mista, tendo como acionistas o Governo do Estado (majoritário), a EMBRAPA e Terceiros. Mista. Hoje vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (Seder).

A empresa está atuando todos os municípios do Estado, disponibilizando os serviços de assistência técnica e extensão rural, pesquisa e fomento aos agricultores familiares através da operacionalização de 132 escritórios locais, nove regionais, três centros de pesquisa (Várzea Grande, Sinop e Cáceres), seis campos experimentais em atividades (Rosário Oeste, Nossa Senhora do Livramento, São José dos Quatro Marcos, Tangará da Serra, Juína e Acorizal), quatro viveiros de produção (Cáceres, Sinop, Várzea Grande e Rosário Oeste) e um laboratório (Várzea Grande). Toda essa estrutura conta com a força de trabalho de aproximadamente 574 funcionários.

Com o *slogan*: “a Serviço da Família Rural”, atende produtores rurais, incentivando o sistema produtivo sustentável, permitindo o crescimento sócio-econômico da pequena e média propriedade rural (EMPAER, 2010).

A missão da EMPAER é “gerar conhecimentos, tecnologia e extensão rural para o desenvolvimento sustentável do meio rural, com prioridade à agricultura familiar”.

A EMPAER se orienta segundo princípios “a conduta ética e cidadania, postura educativa, ação centrada na realidade, incentivo e respeito à participação dos clientes, a valorização da parceria, a gestão voltada para resultados, a descentralização das suas ações”.

A EMPAER afirma que tem um importante papel no estado de Mato Grosso devido ao facto de este ser um estado eminentemente agrícola, pois se constitui na mais relevante atividade sustentável para a maioria dos municípios, tendo em vista sua capacidade de dinamizar economias locais.

Segundo informações da EMPAER (2010), a maior parte da renda, dos empregos, dos impostos e das taxas dos 141 municípios é gerada ou se origina nas atividades agrícolas, que são capazes de oferecerem rápidas respostas aos investimentos e de remunerar o capital aplicado em curto prazo. Mais de 70% da população economicamente ativa está empregada na agropecuária.

De acordo com o anuário da EMPAER (2009), no Estado de Mato Grosso existem 140,2 mil agricultores (as) familiares, sendo 1.228 comunidades tradicionais com 50,2 mil agricultores (as) e 718 projetos de assentamentos com 90 mil famílias assentadas.

Atualmente, Mato Grosso conta com 4 Territórios da Cidadania, totalizando 52 municípios, compreendendo um terço dos 141 municípios existentes. Também, está organizado em 15 Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico e Sócio Ambiental.

A EMPAER (2010) afirma que:

Sem **conhecimento e tecnologia** não há desenvolvimento, portanto o baixo nível tecnológico e o incipiente processo de industrialização e comercialização ainda utilizadas no Estado demandam o serviço de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, de forma permanente e com qualidade, que potencialize a capacidade produtiva e o esforço da família.

**Assistência Técnica e Extensão Rural constituem um processo educativo** de levar à população rural, conhecimentos e habilidades, sobre práticas agropecuárias, florestais e domésticas, reconhecidas como importantes e necessárias à melhoria de sua qualidade de vida.

Enquanto função e prestação de serviço, a EMPAER se propõe a estimular a família a mudar sua maneira de cultivar a terra, de criar o seu gado, de administrar o seu negócio, aplicando conhecimentos da ciência e da pesquisa agropecuária. **Desenvolve o sentimento de**



**grupo** para encontrar solução para seus problemas econômicos, sociais e ambientais.

Enquanto metodologia de trabalho, a EMPAER (2010) parte dos seguintes pressupostos: os agricultores (as) levantam os problemas a serem pesquisados, passam pela experimentação que conduz os resultados parciais, prosseguem com teste de tecnologia gerada e conclui-se com a incorporação dessa tecnologia aos sistemas de produção a ser utilizada por eles.

A Constituição Federal no seu artigo 23 prevê a fixação de normas para cooperação entre a União, Estados e Municípios que definem competências comuns a uma gama de serviços, entre eles incluem-se: fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; preservar as florestas, a fauna e a flora; proteger o meio ambiente; e combater a poluição em qualquer de suas formas.

A Agricultura Familiar, na perspectiva da EMPAER, não significa pobreza; ela é uma forma de produção cuja decisão, gerência, trabalho e capital são controlados pela família, com perfil essencialmente distributivo de renda, que constitui um modelo sustentável.

Os agricultores (as) que diversificam os produtos cultivados procuram diluir os custos, aumentar a renda, aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. A EMPAER acredita que, por ser diversificada, a agricultura familiar traz benefícios agros socioeconômicos e ambientais a Mato Grosso.

Em 2009, segundo o informativo anual da EMPAER (2009), prestou-se serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a 31,6 mil agricultores e 2,1 mil mulheres, correspondendo a um atendimento de apenas 24% dos agricultores familiares existentes no Estado.

A EMPAER dispõe no Estado de 01 escritório central, em Cuiabá, de 09 escritórios regionais e de 133 escritórios locais. Essa estrutura física cobre o território mato-grossense e interioriza os serviços de ATER. Porém, o contingente de pessoal técnico e de suporte administrativo atualmente nos escritórios regionais e locais é insuficiente para atender a demanda gerada pela agricultura familiar instalada em Mato Grosso. Segundo a EMPAER (2010), o quadro de pessoal técnico da EMPAER nesses escritórios é de apenas 295 Extensionistas, sendo 47% efetivos, 34% comissionados e 19% com contrato temporário.

Atual situação funcional dos servidores inseridos no quadro através de cargos em comissão ou contrato temporário provoca grande rotatividade de técnicos, impossibilitando a manutenção de pessoal capacitado e gerando um dispêndio significativo de recursos financeiros em capacitação de pessoal. A inserção de pessoal via concurso público será a solução para esse problema.

Atualmente, com a força de trabalho de 295 extensionistas de campo, a EMPAER-MT conseguiu captar do Governo Federal, recursos financeiros da ordem de R\$ 18,0 milhões para atender as 31.600 agricultores.

Outro fator agravante para a EMPAER, no desempenho de suas funções, é a natureza jurídica de empresa de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. Essa figura jurídica de empresa pública de direito privado sob o regime de sociedade anônima tem sido um dos pontos dificultadores na captação de recursos intra-governamentais, afetando a garantia da manutenção do serviço de Ater.

### **Ações Prioritárias da EMPAER para o Estado de Mato Grosso**

- ✓ Culturas e Criações de Segurança Alimentar
- ✓ Cadeia Produtiva do Leite
- ✓ Cadeia Produtiva da Fruticultura
- ✓ Cadeia Produtiva da Mandioca
- ✓ Cadeia Produtiva da Piscicultura
- ✓ Agroindústria Familiar
- ✓ Heveicultura (PROHEVEA)
- ✓ Programa Mais Alimentos
- ✓ Turismo Rural e Artesanato na Agricultura Familiar
- ✓ Crédito rural do PRONAF
- ✓ Cadeia Produtiva do Biodiesel
- ✓ Apoio a Comercialização dos Produtos Agrícolas
- ✓ Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares
- ✓ Agroecologia
- ✓ Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (EMPAER, 2010).

## **Parceiros da Extensão Rural no Estado**

- Governo do Estado de Mato Grosso
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA-MT
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável – SEDER-MT
- Programa MT Regional
- EMPAER-MT
- Consórcios Intermunicipais/Prefeituras Municipais
- Sociedade Civil Organizada nos municípios. (EMPAER, 2010)

Entre os produtos e serviços oferecidos pela EMPAER, estão:

- Assistência técnica agropecuária;
- Profissionalização e capacitação de agricultores;
- Elaboração de projetos de crédito rural;
- Apoio aos serviços básicos de saúde, educação e nutrição;
- Apoio à organização rural;
- Assessoria em planejamento do desenvolvimento agropecuário municipal e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR);
- Execução de projetos de pesquisa e/ou validação de tecnologias com culturas anuais, frutíferas, olerícolas, pastagem, pecuária, piscicultura, essências florestais e recursos naturais renováveis;
- Execução de análises laboratoriais de solo, fitopatologia, adubos e corretivos, nutrição animal e vegetal;
- Produção e comercialização de mudas frutíferas, ornamentais, culturas perenes e florestais nativas;

- Produção e comercialização de reprodutores suínos e alevinos;
- Apoio e execução de Programas e Projetos do Governo Federal e Estadual (PRONAF, Reforma Agrária, Cajú, Mamona, Algodão e outros);
- Elaboração e execução de projetos de recuperação, conservação e preservação de recursos naturais renováveis. (EMPAER, 2010).

## **4 ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO**

### **4.1 A terra e o processo de colonização do Brasil**

Uma das questões colocadas para a história da humanidade é o modo como ela construiu tecnologia (meios/instrumentos) para lidar com os fenômenos naturais e implantar as transformações necessárias ao seu bem estar social, individual e coletivo. Ou seja, como garantir sua sobrevivência. Mediante a compreensão da natureza, o homem compreendeu que podia dominá-la tornando a terra seu habitat. Compreendeu que tudo que tinha nela poderia ser modificado e transformado, com isso, atribuindo-lhe função social, na medida em que foi usando o espaço natural na produção de alimentos para a sua vida, ele se tornou espaço social cultural e político.

Na evolução das relações humanas com a terra e as transformações econômicas ocorridas ao longo do tempo, muitas concepções foram construídas sobre a função social da terra. Assim, de acordo com São Tomás de Aquino a propriedade privada está organizada em três ordens de valores. Na primeira, o homem, em razão de sua natureza específica (animal racional), tem um direito natural ao apossamento dos bens materiais. Na segunda, contempla o problema da apropriação dos bens, qual resulta, em última instância, no direito de propriedade propriamente dito. Por fim, condiciona a propriedade ao momento histórico de cada povo, desde que não se chegue ao extremo de negá-la.

Para a União Democrática Ruralista<sup>2</sup> (UDR), função social da terra é atender aos fins que se destina, ou seja, ser explorada e produzir de modo um tanto quanto racional e suficiente, as utilidades econômicas para proporcionar o bem estar aos seus proprietários, satisfazer as suas necessidades, bem como, das pessoas que possam dele adquirir o que lhes sobra para comerciar.

Apresentados três conceitos sobre a função social da terra, pode-se, então, compreender o processo de distribuição da Terra no Brasil e as funções a ela atribuídas. O cenário brasileiro foi marcado por profundas contradições em relação às funções sociais atribuídas a terra pela sociedade. As questões da terra no Brasil podem ser ilustradas pelas

---

<sup>2</sup> [http://www.udr.org.br/informa%20oes\\_3.htm](http://www.udr.org.br/informa%20oes_3.htm)

seguintes categorias conceituais e legais que definem as fases da história: Capitânicas Hereditárias, Período Sesmarial, Regime de Posses, Regime de Lei de Terras nº 601/1850, sistema do Código Civil de 1916, sistema legal do Estatuto da Terra e Regime Fundiário a partir da Constituição federal de 1988.

Um elemento motivacional da colonização estava também nos problemas internos enfrentados por Portugal, resultante de um crescimento vegetativo sem precedentes na recém-criada nação portuguesa. De um lado, mercadores extremamente ricos cercados por

[...] uma larga faixa de espuma de pobres, desditados, ressentidos com a fácil riqueza alheia que mais lhe afrontava a miséria. Para essa gente, desprezada, faminta, esfarrapada, expulsa dos campos, não aquinhoadada pelos nobres altivos ou pelos comerciantes retirados das navegações, desajustadas nas cidades, para ela era necessário, em favor da tranqüilidade de todos, um escoadouro [...]. (FAORO. 1997, p. 100,101).

Encontrada a Nova Terra, as elites e governantes de Portugal definiram a estratégia de ocupação, povoando e organizando sua colônia: o Brasil. Salienta-se que as motivações portuguesas, a exemplo do que ocorreu em todo o continente europeu, para retomar o projeto de colonização da costa brasileira, estão relacionados com o fim da peste e a conseqüente explosão demográfica ocorrida a partir de meados de século XV, culminando no século XVII<sup>3</sup>.

O regime de doações de terras teve início em 1530, com a expedição colonizadora de Martin Afonso de Souza, e prosseguiu em 1534, com a criação e implantação das Capitânicas Hereditárias. As Capitânicas Hereditárias eram divisões administrativas formadas por grandes extensões de terras doadas pelo rei de Portugal, com o objetivo de promover o povoamento, a ocupação, a defesa do território e a produção de alimentos, bem como de outras riquezas (PRIORE, et al: 2001, p. 14,15).

Enquanto estado, decidiu-se delegar poderes de Governador Geral a Martin Afonso de Souza, à frente de cinco navios carregados de homens, sementes, mudas de plantas

---

<sup>3</sup> FAORO (1997, p. 103) salienta que a Europa viveu a rápida expansão demográfica, iniciadas nos meados do século XV. Entre 1500 e 1600 a população dobra de volume. E essa revolução biológica cria um problema social e surge a mão de obra excedente e o agravamento social causado por uma horda de empobrecidos.

e animais domésticos a ser utilizados pelos primeiros colonos em solo brasileiro. Assim, em 1530, começa a colonização efetiva da costa brasileira (WEHLING & WEHLING: 1994, p. 65).

As terras brasileiras, após “descobertas” pelos portugueses, passaram a “pertencer” ao rei de Portugal, que as doava a quem tivesse prestado importantes serviços à Coroa. No Brasil, o primeiro sistema utilizado para regularizar a posse da terra foi o regime de doações ou Lei das Sesmarias, que tinha por finalidade aproveitar as terras incultas ou abandonadas pertencentes à metrópole.

A Coroa Portuguesa visava explorar tudo o que a terra conquistada pudesse oferecer, usufruir as riquezas econômicas, não se restringindo à exploração extrativa do pau-brasil. Queria assegurar para a Metrópole a terra conquistada, protegendo-a contra os piratas franceses, espanhóis, holandeses, que arranharam a costa atlântica brasileira, atendendo aos interesses comerciais da Metrópole (Portugal) e, geraria riqueza e poder para o colonizador. Essa política favoreceu a formação dos latifúndios monocultores destinados à exportação, com a implantação dos cultivos de cana-de-açúcar e dos engenhos de açúcar no litoral nordeste.

A colonização portuguesa no Brasil e espanhola no restante das Américas explorou o trabalho dos índios e dos escravos africanos. As Sesmarias deram origem ao latifúndio, ainda hoje um dos principais problemas dos países do continente.

Pode-se dizer que o Brasil, a partir de 1532, resultou da junção de uma política absolutista em franca consolidação no continente europeu com a economia mercantil em oposição ao feudalismo. E o loteamento do Brasil em treze grandes fazendas em caráter hereditário [...] devem ser encaradas como concessão do poder público a particulares, nas quais parte significativa das atribuições governamentais foi delegada aos donatários [...] (WEHLING & WEHLING: 1994, p. 67).

Uma particularidade no processo de colonização brasileira foi a ferocidade com o nativo brasileiro foi tratado pela coroa portuguesa; os índios não aceitaram submeter-se ao trabalho escravo e passaram a atacar os núcleos de colonização. Tomé de Souza, Governador Geral em 1548, foi instruído por Lisboa para destruir as aldeias rebeldes e submeter os vencidos à escravidão.

A prática de extermínio dos povos nativos foi chamada de “guerra justa” e o emprego de mão-de-obra escrava índia foi chamada de “escravidão lícita (ARBEX Jr & SENISE: 1998, p. 36,37)”. Essas ações, segundo seus autores, eram necessárias para a consolidação da economia açucareira portuguesa. Como resultado social, milhares de índios foram exterminados e os sobreviventes submetidos à pedagogia do chicote.

Não muito diferente, foi o tratamento dispensado ao negro no Brasil colonial, parecido com o que era dado aos rebanhos bovinos que para cá foram trazidos da Europa; a diferença de tratamento entre o homem negro e o gado, apenas a origem. Não muito diferente da lógica mercantil, o pensamento do colonizador levou-o a tratar o negro como mercadoria, objeto de compra e venda, a exemplo do que fazia com animais. O negro foi tratado pelo colonizador brasileiro igual a um bovino<sup>4</sup> no arado ou a caminho do matadouro (ARBEX Jr & SENISE: 1998, p. 50).

A Lei de Terras (1850) consagrou a propriedade rural já registrada e estabeleceu que o meio de obter terras devolutas seria somente a compra, não mais a doação. Assim, dificultou-se o acesso de trabalhadores imigrantes estrangeiros, brasileiros pobres e ex-escravos à propriedade e os latifundiários criavam artifícios para valorizar o preço da terra<sup>5</sup>, para mantê-la inacessível à mão de obra de que necessitavam.

Entre 1822 e 1854 com a regulamentação da Lei de Terras, homens livres e camponeses sem terra puderam ocupar pequenas áreas de terras devolutas. A apropriação de terras e a implantação de colônias agrícolas de imigrantes europeus no Sul do país foram importantíssimas para o surgimento e o desenvolvimento da pequena propriedade e da policultura voltada ao mercado interno<sup>6</sup>.

O Brasil atravessou alguns momentos extremamente significativos de sua história como: a Independência (1822); o fim do tráfico de escravos (1850), massiva migração de trabalhadores alemães, italianos e espanhóis desde antes de 1970; a libertação dos escravos (1888) e a Proclamação da República (1889), sem alterar significativamente a distribuição da propriedade da terra e o regime de compulsão do trabalhador escravo ou parceiro nos

---

<sup>4</sup> Um alvará de 03 de março de 1741, expedido por D. João V, recomendou que todos os negros pegos em quilombos fossem marcados a ferro em uma espádua com a letra “F” e se reincidente, que a orelha lhe fosse cortada. (NÁCIO & LUCA: 1993, p. 78,79, apud ARBEX Jr & SENISE: 1998, p 58).

<sup>5</sup> [www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm](http://www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm)

<sup>6</sup> [www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm](http://www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm)



engenhos e nos cafezais.

A estrutura fundiária mantida pela Lei nº 601 de 1850, continuou regendo a complexa relação de propriedade da terra que tradicional e historicamente constituída com suas típicas relações de trabalho. Na segunda metade do século XIX e início do século XX, a aristocracia rural “elegia”, de seu próprio seio, os representantes do Executivo e Legislativo para elaborarem todo um arcabouço jurídico visando defender os interesses da própria classe, amarrando por todos os meios a manutenção do “*status quo*” representado pela posse da terra.

Para Martins (1991, p. 64, 65), a Lei 601/1850 representou uma vitória dos grandes fazendeiros, uma vez que extinguiu completamente a viabilidade da posse liberada da terra. Mais que isso, num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, a escravidão negra, os bastardos, os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravagista.

O direito sucessório do Código Civil partilhava o imóvel rural, indiscriminadamente, em tantas partes necessárias quanto fosse o número de herdeiros. A divisão da propriedade imóvel não obedecia a normas de maior alcance social. Os plenos poderes da propriedade imobiliária afastavam qualquer cogitação em limitar a divisão territorial em prol da função social da propriedade<sup>7</sup>.

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, teve como princípio fundamental o da função social da propriedade, segundo o qual à propriedade agrária deve ter uma exploração econômica adequada e racional, sem depredar os recursos naturais, gerando o bem estar econômico e social do proprietário, trabalhadores e sociedade.

O Estatuto da Terra visava não só a produtividade econômica e a estabilidade das relações sociais entre os proprietários e não proprietários, mas também o maior acesso à propriedade rural empresarial capitalista. Assim, aprovado em 1964, visou: regulamentar o uso do solo e o tamanho das propriedades, expandir as fronteiras agrícolas e assegurar direitos trabalhistas no campo. Porém, o uso da tecnologia e os novos encargos sociais contribuíram para a expulsão dos trabalhadores rurais, surgindo os boias frias, mão de obra volante,

---

<sup>7</sup> [www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm](http://www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm), acessado em 08/05/07

temporária e sem vínculos empregatícios. A concentração fundiária e as tensões continuaram<sup>8</sup>.

Um dos grandes problemas agrários no Brasil é a sua estrutura fundiária, onde a mesma é organizada por número, tamanho e distribuição social; de um lado um pequeno número de latifundiários, que monopolizam a maior parte das propriedades rurais, possuindo enormes áreas ociosas, apenas a espera de valorização; no outro extremo, milhões de minifundiários, insuficiente para permitir-lhes uma vida decente e com uma boa alimentação.

O sistema atual de classificação das propriedades agropecuárias foi estabelecido pelo Estatuto da Terra em 1964 e divide-se em Módulo Rural<sup>9</sup>. O módulo Rural se refere a uma área de propriedade familiar adequada, ou seja, “um imóvel rural”, que direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, absorvendo-lhes toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência, o progresso social e econômico. O módulo rural não possui uma dimensão única, mas é fixado de acordo com a região e o tipo de exploração.

Segundo Martins (1991, p. 71), o Estatuto da Terra dividiu os imóveis rurais do Brasil em quatro categorias:

1. **Empresa Rural**<sup>10</sup>: são os imóveis explorados de forma econômica e racional, com um mínimo de 50% de sua área utilizada e que não exceda a 600 vezes o módulo rural.

2. **Minifúndio**<sup>11</sup>: é todo imóvel com área agricultável inferior ao módulo rural fixado, possuindo quase sempre menos de 50 hectares de extensão, embora sua média seja de 20 hectares. Eles correspondem atualmente à cerca de 70% do total dos imóveis rurais do país, embora ocupem apenas cerca de 10% de área total desses imóveis<sup>12</sup>.

3. **Latifúndio por exploração**<sup>13</sup>: é o imóvel que não excede os limites da empresa

---

<sup>8</sup> [www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm](http://www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm), acessado em 08/05/07

<sup>9</sup> Módulo rural tem as seguintes características: 1) é uma medida de área; 2) é a área fixada para a propriedade familiar; 3) varia de conformidade com o tipo de exploração; 4) varia também de acordo com a região do país em que se acha localizado o imóvel rural; 5) implica um mínimo de renda, que deve ser identificada pelo menos com um salário mínimo; 6) a renda deve assegurar ao agricultor e a sua família não somente a subsistência, porém deve propiciar o progresso social e econômico; 7) é uma unidade de medida agrária que limita o direito de propriedade da terra rural.

<sup>10</sup> É a categoria definida como ideal quanto a dimensão e exploração (MARTINS.1991, p. 71).

<sup>11</sup> O minifúndio é claramente definido como indesejável e problemático, sujeito a rememoração mediante a pressão da tributação (MARTINS.1991, p. 71).

<sup>12</sup> [www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm](http://www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm)

<sup>13</sup> O latifúndio por exploração e o latifúndio por extensão são indesejáveis, mas não condenados a fragmentação já que, através da pressão tributária, poderão transformar-se em empresas (MARTINS.1991, p. 71).

rural, é mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio;

4. **Latifúndio por dimensão:** é o imóvel rural com uma área superior a 600 vezes o módulo rural e não explorado em sua potencialidade<sup>14</sup>.

Segundo a Fundação Joaquim Nabuco<sup>15</sup>, a Constituição Brasileira de 1988 define no artigo 186, incisos I a IV: a função social da propriedade é constituída por um elemento econômico (aproveitamento racional e adequado), um elemento ambiental (utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente) e um elemento social (observância das normas que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores). Assim, só cumpre a função social a propriedade rural que atenda simultaneamente aos três elementos.

É, pois, uma concepção de gestão representativa que, em diálogo com o artigo 37 da mesma Constituição, impõe aos representantes do povo critérios e condições para o exercício do poder em nome do povo tendo que seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.

Com isso, o papel do Estado fica claro, explícito, bem como as atribuições daqueles e daquelas que investem na função pública e em nome do estado exercem o poder em nome do povo.

Será, pois, neste cenário histórico, econômico, político e cultural que o Brasil se firmou como a maior concentração fundiária do mundo. Ainda, de acordo com a Fundação Joaquim Nabuco<sup>16</sup>, a maior parte das terras ocupadas e os melhores solos encontram-se na mão de pequeno número de proprietários, ao passo que um imenso número de pequenos proprietários possui áreas ínfimas, insuficientes para garantir-lhes a suas famílias um nível de vida decente.

A partir de 1960, começou a expansão das fronteiras agrícolas em direção à Amazônia, apropriando-se e ocupando terras de indígenas, de posseiros ou as devolutas.

---

<sup>14</sup> [www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm](http://www.brasilecola.com/questao-agraria-no-brasil.htm)

<sup>15</sup> [www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=7480&date=current](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=7480&date=current)

<sup>16</sup> <http://www.fundaj.gov.br>

Muitas empresas rurais incentivadas pelo Estatuto da Terra e interessadas nos subsídios oferecidos pelos governos federal e estaduais, simplesmente derrubavam uma parte da mata para o estabelecimento de uma sede, de pequenas lavouras e de pastagens para o gado, mas em boa parte, essa ocupação da terra era apenas formal.

Para José de Souza Martins (1991, p. 63), a ocupação da Amazônia não representou *uma* nova forma de ocupação do território, mas, isto sim, outra forma de ocupação, que vem de fora, dos centros econômicos e politicamente hegemônicos da sociedade brasileira.

A expansão das áreas ocupadas pela agropecuária acabou contribuindo para agravar ainda mais o problema da estrutura fundiária do Brasil, constituindo autênticos latifúndios. Menos de 50 mil proprietários possuem áreas superiores a mil hectares e, controlam 50% das terras, cerca de 1% dos proprietários rurais detêm em torno de 46% de todas as terras.

O quadro da situação fundiária no país é, hoje, alarmante. Mais da metade dos estabelecimentos rurais tem menos de 10 hectares e dispõe de menos de três por cento da terra; menos de 1% dos estabelecimentos tem mais de mil hectares e dispõe de quase a metade da terra. [...] Isso quer dizer que está havendo não somente a concentração da propriedade, mas também a concentração da exploração [...] (MARTINS: 1991, p. 69)

O Censo Agropecuário 2006 revelou que a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos, embora tenha diminuído em 2.360 municípios. Nos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocupavam 43% da área total de estabelecimentos agropecuários no país, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% da área total. Focalizando-se o número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados.

Em 2006, os cerca de 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários do país ocupavam 36,75% do território nacional e tinham como atividade mais comum a criação de

bovinos. A área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros diminuiu em 23,7 milhões de hectares (-6,69%), em relação ao Censo Agropecuário 1995, uma possível causa foi a criação de novas Unidades de Conservação Ambiental (crescimento de 19,09% de área) e demarcação de terras indígenas (crescimento de 128,2%), totalizando mais de 60 milhões de hectares. Entre 1995 e 2006, os estabelecimentos agropecuários registraram redução de suas áreas de florestas (-11%) e de pastagens naturais (-26,6%), e aumento nas áreas de pastagens plantadas de 1,7 milhão de hectares (1,8%), sobretudo na região Norte (39,7%), enquanto aquelas dedicadas à agricultura cresceram 19,4%, sendo que o maior aumento ocorreu no Centro-Oeste (63,9%).

A grande maioria dos produtores entrevistados eram analfabetos ou sabiam ler e escrever mas não tinham freqüentado a escola (39%), ou não possuíam o ensino fundamental completo (43%), totalizando mais de 80% de produtores rurais com baixa escolaridade. Trabalhavam em estabelecimentos agropecuários, 18,9% da população ocupada no país. 77% dos ocupados tinham laços de parentesco com o produtor e 35,7% não sabiam ler e escrever. Havia mais de 1 milhão de crianças com menos de 14 anos de idade trabalhando na agropecuária.

Com crescimento de 88% na produção, a soja foi a cultura que mais se expandiu na última década, sendo que em 46,4% desses estabelecimentos optou-se por sementes transgênicas. Apenas 1,8% dos estabelecimentos agropecuários praticavam agricultura orgânica no país, sendo que 42,5% destes produtores ligavam-se a associações, sindicatos ou a cooperativas. 6,3% dos estabelecimentos declararam utilizar irrigação, o que representou um aumento de 39% em relação ao Censo anterior. Mais da metade dos estabelecimentos onde houve utilização de agrotóxicos não recebeu orientação técnica (785 mil ou 56,3%). Além disso, 15,7% dos produtores rurais responsáveis por estabelecimentos onde houve aplicação de agrotóxicos não sabem ler e escrever, o que potencializa o risco de intoxicação e uso inadequado do produto. O rebanho bovino brasileiro era de 171,6 milhões de cabeças em dezembro de 2006, sendo que Mato Grosso do Sul reunia 20,4 milhões de cabeças, enquanto Pará registrou maior crescimento (119,6%).

Os estabelecimentos pesquisados obtiveram um valor da produção total de R\$ 147,26 bilhões, dos quais 77,07% (R\$ 113,49 bilhões) provenientes da Produção Vegetal. 920 mil estabelecimentos obtiveram financiamentos; 91% destes receberam financiamento de

bancos e 85% receberam de programas governamentais. Os estabelecimentos que têm como atividade principal a cana-de-açúcar ou a soja ficaram com a maior participação no valor da produção agropecuária (ambos 14%), seguidos por aqueles que se dedicam à criação de bovinos (10%). Esses são alguns dos resultados do 10º Censo Agropecuário - 2006, maior levantamento sobre a estrutura produtiva do setor primário brasileiro, que traz um perfil de aproximadamente 5,2 milhões de estabelecimentos, em todos os 5.564 municípios brasileiros.

Em 2006, o Censo Agropecuário apurou que os 5.175.489 estabelecimentos agropecuários<sup>1</sup> ocupavam 329.941.393 hectares, o equivalente a 36,75% do território brasileiro (851.487.659 hectares)<sup>2</sup>. Em relação ao Censo de 1995, houve uma redução de 23.659.882 hectares na área total dos estabelecimentos agropecuários (-6,69%). Um dos motivos para isso pode ter sido a criação, contando a partir de 1995, de novas terras indígenas e unidades de conservação, as quais correspondem a um total de 60.630.859 hectares. As unidades de conservação representavam, em 2006, 8,47% do território nacional (ou 72.099.864 hectares), enquanto as terras indígenas ocupavam 14,74% do país (ou 125.545.870 ha), com crescimentos de, respectivamente, 128,20% e 19,09% em relação à 1995.

Segundo Vezzali (2006)<sup>17</sup>,

Na raiz da desigualdade social está a concentração de terras rurais nas mãos de poucas famílias ou empresas. Cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, tem mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis – de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em outras palavras, a área ocupada pelos estados de São Paulo e Paraná juntos está nas mãos dos 300 maiores proprietários rurais, enquanto 4,8 milhões de famílias estão à espera de chão para plantar. Um dos exemplos do grau de concentração de terras em nosso país é a área de 4,5 milhões de hectares, localizada na Terra do Meio, coração do Pará, que o grupo CR Almeida, do empresário Cecílio do Rego Almeida, reivindica para si. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, esse é o maior latifúndio do mundo.

Tomando com base Martins (1991, p. 72, 73), a tendência concentracionista da

---

<sup>17</sup> [www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=654](http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=654) acessado em 16/05/07

terra é bem nítida e drástica como saldo da incorporação de novas terras no conjunto do país. Esses dados são indicativos de que, mesmo quando se constituiu uma pequena propriedade nas áreas pioneiras, o seu efeito é completamente anulado por uma concentração maior ainda em outras regiões.

A dimensão eminentemente política da luta pela terra, evidenciada, especialmente, em ações coletivas envolvendo segmentos diversos dos trabalhadores rurais, tem como substrato todo um conjunto de relações sociais e econômicas, cuja influência se revela não apenas nas formas de organização, mas, também, no próprio conteúdo das reivindicações e na natureza do projeto de reforma agrária defendido. Assim, é possível constatar que, no Brasil, a questão agrária persiste, há longos anos, como problema social carente de soluções adequadas, embora redefinida pelo processo de modernização da economia nacional, nas últimas três décadas.

Em outros termos, a luta pela reforma agrária, embora se constitua, hoje, em produto indireto das experiências construídas a partir de mobilizações do passado – sobretudo as ocorridas nos anos 1950-60, vinculadas à atuação das Ligas Camponesas – apresenta nuances peculiares, resultantes de uma conjuntura específica, marcada por novos modelos de exploração agrícola, por sua vez, responsáveis por padrões de acumulação diferenciados daqueles prevalentes em décadas anteriores.

Não se trata mais de uma luta simbolicamente representada pela oposição latifúndio-campesinato e ideologicamente referenciada pela utopia revolucionária, difundida à época pelos partidos de esquerda, se bem que ainda persistam, na atualidade, posicionamentos político-ideológicos baseados na idéia da reforma agrária como instrumento de transformação social. Sob esse enfoque, a reforma agrária é encarada como um processo amplo que deverá abarcar todo o campo brasileiro e todas as categorias de agricultores com pouca ou nenhuma terra, visando uma efetiva reconstrução da sociedade e do campo brasileiro.

Foi na década de 50 que se identificou o surgimento de um projeto de reforma agrária dos segmentos dominados do campo, reflexo de lutas que concretamente vinham acontecendo sob a coordenação das Ligas Camponesas.

Desse modo, rompe-se em certa medida, com o enfoque das lutas agrárias sob a perspectiva das classes sociais urbanas. O projeto camponês de reforma agrária, proposto na

Declaração de Belo Horizonte, defendia a radical transformação da estrutura agrária e a liquidação dos latifúndios.

Os conteúdos das lutas empreendidas naquele período retratavam não somente a abordagem ideológica de partidos e grupos de esquerda confiantes na força transformadora das massas camponesas, mas, também, o perfil de uma sociedade, com processo de urbanização ainda incipiente, que remetia à importância numérica da população rural no quadro geral dos habitantes do País. Os complexos agroindustriais viriam a ter maior relevância a partir da década de 70, quando se observa a redefinição das relações sociais no campo. Ressalvado o caráter desigual e setorizado desse processo de modernização, são inegáveis suas repercussões no meio rural como um todo.

## **4.2 A colonização de Mato Grosso**

Antes de falarmos sobre a premissa de ocupação de Mato Grosso, é importantes termos presente que o termo mato grosso foi dado pelos bandeirantes Fernão e Artur Paes de Barros, quando toparam com matas virgens de arvoredo muito elevado e corpulento, que ao penetrá-lo o foram apelidando de Mato Grosso (FERREIRA, 2001, p. 43).

Um dos elementos colocados como premissa para a compreensão do processo de colonização de Mato Grosso diz respeito ao modelo agrário implantando na capitania de São Paulo, onde o plantio da cana-de-açúcar e sua industrialização não resultaram em lucros. Diante do fracasso econômico, os senhores do engenho decidiram investir em uma nova fonte de renda: captura e tráfico de índios, minerais e pedras preciosas (MADUREIRA DE SIQUEIRA. 2002, p. 26).

Para dar suporte à nova opção econômica, os paulistas organizaram as bandeiras, que tinha por finalidade capturar índios no sertão brasileiro, e conquistar novas terras para a Coroa Portuguesa, nos lembra Ferreira (2001, p. 345). Inicialmente, rumam para o Sudeste, onde descobrem ouro em Minas Gerais, posteriormente em Goiás e Mato Grosso.



As bandeiras, na verdade, feriam o Tratado de Tordesilhas, uma vez que parte do Sudeste, Norte e todo Centro-Oeste pertenciam à Espanha. “[...] Fato este que resultou na incorporação de novas áreas aos domínios da Coroa Portuguesa, contribuindo decisivamente para a atual configuração da linha divisória do espaço territorial brasileiro (PIAIA. 1999, p.14).

Faz-se necessário considerar que “ao tempo da assinatura desse Tratado, que dividia o mundo em duas partes, uma portuguesa e outra espanhola, estas terras, ditas mato-grossenses, eram ocupadas por incontáveis nações indígenas, contabilizando-se milhares de vidas humanas, vivendo em um mundo à parte, revestido de magníficas florestas, rios e vales, onde abundava, fácil, o alimento (FERREIRA. 2001, p. 345)”.

A compreensão da colonização de Mato Grosso, a exemplo da colonização costeira empreendida nos séculos XVI e XVII, está diretamente ligada às poucas bandeiras que transpuseram os limites de Tordesilhas, como as ocorridas entre 1613 a 1615<sup>18</sup> e 1673 e 1682, onde os bandeirantes paulistas, Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, subiram o rio Cuiabá, chegando ao atual São Gonçalo<sup>19</sup>; ação que abriria caminho para a colonização o século seguinte.

Efetivamente, inicia-se no século XVIII uma nova fase no processo de colonização brasileira, uma vez que, com a busca por minas de ouro, esmeralda, diamante e escravos nativos, os paulistas organizam expedições e rumam para o Centro-oeste.

No final de 1717, Antonio Pires de Campos, filho de Manoel de Campos Bicudo, refez o caminho do pai e chegou a São Gonçalo Velho<sup>20</sup>, onde aprisionou índios Bororo, e os levou como escravos para São Paulo.

Uma das versões sobre a descoberta de ouro em solo mato-grossense é cercada de casuísmo, uma vez que as bandeiras tinham por finalidade capturar índios. Segundo as fontes pesquisadas, Antônio Pires de Campos descobriu os índios à beira do rio Coxipó. Coube a Pascoal Moreira Cabral Caçá-los e aprisioná-los; fato que se concretizou porque o bandeirante contou com o auxílio da bandeira dos irmãos Antunes Maciel.

---

<sup>18</sup> FERREIRA, (1997, p. 23), afirma que André Fernandes foi o primeiro paulista a pisar em solo mato-grossense; o mesmo percorreu o rio Tocantins, subiu o rio Araguaia, desceu a Barra até as cabeceiras.

<sup>19</sup> MADUREIRA DE SIQUEIRA. 2002, p 30.

<sup>20</sup> Nome dado por Antonio Pires de Campos.

Da junção das bandeiras dos irmãos Antunes Maciel e Pascoal Moreira Cabral, acontece uma descoberta por acaso. Desse acaso, iniciaria as primeiras raízes de Mato Grosso. Esse acaso é assim descrito: “[...] logo após uma das refeições, alguns integrantes dessa bandeira, lavando os pratos no rio, encontram, casualmente, pepitas de ouro. Estavam descobertas as minas em território mato-grossense (1719) (MADUREIRA DE SIQUEIRA. 2002, p. 30).”

Com a descoberta de veios auríferos em solo mato-grossense, surge o primeiro povoado: Arraial de Forquilhas, localizado na confluência do rio Coxipó com o ribeirão Mutuca. O ouro foi um dos chamarizes para a colonização de Mato Grosso. Nesse contexto, o conceito de organização de cidade dá lugar ao improviso e o povoado vai surgindo de forma desordenada ao longo dos rios Coxipó e Peixe e o córrego Mutuca (PIAIA, 1999, P. 14).

Aos arredores do Arraial de Forquilhas começam a surgir as primeiras áreas agricultáveis. Numa dessas fazendas, exatamente a do bandeirante Miguel Sutil, é encontrado ouro. O marco da fundação de Cuiabá<sup>21</sup> se deu em 1721<sup>22</sup>, o bandeirante mandou dois de seus índios buscar mel, e ao retornar trazem ouro<sup>23</sup>. Esse veio aurífero está situado às margens do córrego Prainha, localizado abaixo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito.

Com a notícia de mais uma fonte aurífera, o recém-criado povoado de Forquilhas sofre um grande processo de migração para a mineração de Sutil, onde nasceu o vilarejo do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Com o advento da descoberta de novos veios auríferos, os povoados iniciavam e acabavam na medida em que os interesses dos garimpeiros não eram mais atendidos. Caso exemplar é o que aconteceu com Forquilha.

A partir das descobertas de ouro em solo mato-grossense, a região passou a concentrar um grande volume de pessoas que se aventuraram em busca de fortuna fácil. Diante do contingente populacional, do interesse em controlar a produção aurífera, Rodrigo César Menezes, capitão governador da capitania de São Paulo<sup>24</sup>, muda-se para Cuiabá em

---

<sup>21</sup> As datas sobre a fundação de Cuiabá divergem entre si. Para FERREIRA (1997: 28 e 2001: 37), a descoberta dos veios auríferos, no local denominado *Tanque do Ernesto*, se deu em 1722 e não em 1721, conforme afirma MADUREIRA DE SIQUEIRA (2003:31).

<sup>22</sup> MADUREIRA DE SIQUEIRA. 2002:31

<sup>23</sup> A versão da descoberta dos veios auríferos por Miguel Sutil é confirmada por PIAIA (1999: 14), divergindo apenas no ano: 1722. PIAIA e FERREIRA convergem quando ao descobrimento das minas de Cuiabá.

<sup>24</sup> De acordo com FERREIRA (2001: 39), Portugal decidiu incorporar Mato Grosso aos seus domínios territoriais de forma estável, mesmo sabendo que o ouro estava acabando.

1727, e a eleva à categoria de Vila Real de Bom Jesus de Cuiabá<sup>25</sup>.

Somente em 1748 as minas de Cuiabá são desmembradas das minas de São Paulo; em 1749, é nomeado seu Capitão-Governador Geral pela Carta Régia de 25 de janeiro do mesmo ano. E em 1752, Vila Bela da Santíssima Trindade é elevada à categoria de capital da Capitania de Mato Grosso. Antonio Rolim de Moura foi seu primeiro Capitão-General (CAVALCANTE & RODRIGUES. 1999, p. 24).

Elevada à condição de Capitania, Mato Grosso passa a ter um representante direto da Coroa Portuguesa, enquanto administração pública. Nesse período, o processo de colonização do Estado não avançou muito. Apenas algumas regiões estratégicas passaram a ser colonizadas: a grande Cuiabá, Chapada dos Guimarães, a grande Cáceres, Poconé, Diamantino, Barra do Bugres, dentre outros.

Nesse contexto, é preciso lembrar que Mato Grosso é resultado de um projeto econômico, inicialmente escravocrata, de natureza extrativista, que teve como competência formar grandes latifúndios agrários, desde o período colonial, passando ao período imperial e consolidando nas diversas vertentes da República Federativa do Brasil. Assim, será possível compreender que: “desde o período colonial a questão das terras, no Brasil, privilegiou as classes dominantes, com acesso para quem tinha ou tem poder político, econômico e jurídico. Isso ficou mais patente com a criação da Lei das Terras (1850) que privilegiou quem tinha poder econômico, que pudesse adquirir a terra através da compra e do registro em cartório (CAVALCANTE e RODRIGUES. 1999, p. 129, 130)”.

#### **4.2.1 A colonização mato-grossense no século XX**

Os registros de CAVALCANTE e RODRIGUES (1999) são oportunos, uma vez que refletem parte do processo de colonização iniciado a partir de 1930, que resultará na atual configuração política de Mato Grosso. Permitirá compreender que o Estado passou a viver intensas transformações em sua economia, a partir da produção agrícola extensiva praticada no cerrado, iniciada com o Plano de Desenvolvimento Nacional – PDN – que tinha

---

<sup>25</sup>CAVALCANTE & RODRIGUES. 1999: 21.

por finalidade ocupar “o vazio demográfico” da região Centro-Oeste e da Amazônia Legal. “Após 1930, com o Governo Getulista, foi implantado o projeto “Marcha para o Oeste”, com o objetivo de ocupar o Oeste do Brasil através do assentamento do colono que deveria vir para Mato Grosso produzir alimentos e dessa forma ocupar os imensos “espaços vazios” do Oeste do Brasil.[...]. (CAVALCANTE e RODRIGUES. 1999: 130)”.

Na premissa Getulista, o modelo econômico consolidou a ideia patriótica autoritária que dava continuidade a um modelo de concentração de riquezas e poder nas mãos das elites<sup>26</sup>, que consolidava no desenvolvimento da indústria nacional e na expansão do latifúndio agrário. Nesse mesmo período, em Mato Grosso nascia municípios essencialmente agrícolas, predominantemente centrados na monocultura e no latifúndio<sup>27</sup>, fato que implicou na migração de mão-de-obra excedente do eixo sul-sudeste brasileiro; nascia, assim, a fronteira agrícola de Mato Grosso.

#### **4.2.2 Surge um projeto de colonização dos grandes vazios demográficos**

Um dos recortes feitos para compreender o processo de colonização de Mato Grosso requereu pesquisas e discussões sobre o pensamento que deu sustentação à construção do Brasil, segundo a lógica mercantil europeia. Assim, a busca por fortuna resultou no aprisionamento de índios, na dizimação de nações inteiras e na transformação de um ecossistema em favor de uma economia de mercado.

Nesse contexto, Mato Grosso é objeto de exploração econômica desde meados do século XVIII, quando das entradas nos sertões brasileiros em busca de serviço escravo e na procura do *el dorado*, nos séculos XVII e XVIII, das minas de esmeraldas, que deram origem ao estado de Goiás, da extração do látex para a industrialização da borracha<sup>28</sup>, da poaia, para abastecer os laboratórios internacionais e do projeto privado de colonização para o desenvolvimento da agropecuária extensiva. Sabe-se também que Tangará da Serra, oficialmente, ganhou status de projeto de colonização no final da década de 50.

Considera-se que a política de colonização experimentada nesse período foi a

---

<sup>26</sup> ARBEX JR e SENISE. 1998: 126.

<sup>27</sup> FERREIRA. 2001: 79.

<sup>28</sup> Iniciado em 1827. (FERREIRA. 2001: 52)

modular. Cada módulo era constituído de dez mil hectares, onde deveriam ser alocadas trezentas famílias. Caberia à colonizadora infraestrutura do tipo educação, saúde, estrada, dentre outros.

Surgiu nesse período uma política consensual, passada de governo a governo, de colonização organizada pelo Estado, mas executada por particulares. Isto é: o Estado estabeleceu normas para as colonizadoras particulares, estatuindo módulos de terra dentro da faixa de 10.000 hectares, ao norte do paralelo 16°. Normas rígidas regulavam os projetos colonizadores, prevendo a alocação de até 300 famílias por núcleo, devendo as colonizadoras se responsabilizar por infraestrutura de escola, posto de saúde, campo de pouso, estradas de penetração e mais benfeitorias de base. [...]. (FERREIRA. 2001, p. 79).

Conjugando iniciativa privada e Estado, a exemplo das empresas dos séculos XVI e XVII constituídas em Portugal para colonizar a costa brasileira, Mato Grosso inicia seu processo de ocupação do interior, na perspectiva de atender as demandas agrícolas nacionais e internacionais. Esse modelo, essencialmente latifundiário, permitiu ao estado viabilizar investimentos em estruturas que fossem capazes de garantir ao estado crescimento econômico: usinas hidrelétricas, rodovias, estradas vicinais e ensino superior (FERREIRA. 2001, p. 79).

Essa parte estrutural para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso tinha uma finalidade maior: atender ao mercado nacional que ensaiava, a partir da década de trinta, integrar-se ao mercado internacional. Essa iniciativa estava diretamente ligada à “reestruturação da produção agropecuária vinculada ao processo de expansão da fronteira agrícola às áreas antes inacessíveis ou pouco habitadas do território nacional (FAUSTO, Boris et. al. *O Brasil Republicano: economia e agricultura (1930-1964)*. 1997, p 128)”, traçado ainda na década de trinta.

Em função do modelo econômico adotado pelo Brasil, se fazia necessário a criação de infraestrutura para atender as áreas da economia brasileira: indústria, meios de escoamento da produção e agricultura. Assim,

No período recente do desenvolvimento da economia brasileira, ela – a fronteira agrícola – tem sido suscitada e/ou acelerada pela ampliação de infraestrutura de

transportes e pelo aumento interno da oferta de veículos motorizados. Insere-se, neste contexto de crescimento econômico, o fato de que a expansão da fronteira agrícola durante as últimas décadas constituiu um novo padrão de acumulação da economia brasileira, e da concentração – funcional, setorial e regional – da renda que ela gerou (BORIS, Fauto. Et. al. 1997, p. 129).

Convém salientar que os modelos de colonização, enquanto concepção de abertura de terras, sem nenhuma infraestrutura, sempre foi feita por peões, pessoas que se encontram fora do mercado consumidor e que se constituem parte do mercado de mão-de-obra excedente, quase sempre, oriundo de áreas já colonizadas e em franca expansão agrícola.

Assim, nunca é demais lembrar que os elementos que determinaram a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras nas décadas de 30 a 70 foram definidos pelos Planos de Desenvolvimentos Nacionais que, dentre outras ações estruturais, concebem a construção do Distrito Federal, de rodovias como parte da estratégia de colonização do Centro-Oeste<sup>29</sup>.

Registra-se que a ideia de “vazio” populacional em solo mato-grossense ganha expressão política no governo de Fernando Corrêa da Costa; em 1949 moderniza a legislação fundiária para facilitar o processo de venda das terras devolutas. Segundo esse governante “o território mato-grossense constitui, de fato, um convite para uma deslocação de fronteira, à espera de novos bandeirantes dotados de iniciativa, aparelhados de capitais e métodos modernos (Mensagem de Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa, 1953. In SIQUEIRA. 2002, p. 232).

Na prática, o processo de colonização do Centro Oeste, em especial Tangará da Serra, a partir dos PDNs, nasce da isenção fiscal, da formação do latifúndio, da expansão da fronteira agrícola, como um projeto de sustentação ao regime militar, iniciado em 1964. A característica principal desse programa é a “[...] expansão subsidiada do latifúndio modernizado, capaz de produzir em larga escala, com pequena geração de empregos. De forma autoritária e por meio de incentivos fiscais, foram utilizadas verbas, visando a produção e a especulação. A construção de rodovias federais, que cortavam o estado, ou a ele se destinavam, continuou a ser suporte adicional e indireto para a continuidade do crescimento econômico, da expansão da fronteira agrícola e da integração econômica, favorecendo a

---

<sup>29</sup> Aires José PEREIRA (2000, p. 43) salienta que a região Centro-Oeste estava vazia e a construção de Brasília foi uma das estratégias de ocupação dessa região. As grandes rodovias também se fizeram presentes nesse processo de ocupação. Na prática, a ocupação dessa região se deu a partir de uma orientação mercadológica.

concentração de terras depois de 1964<sup>30</sup>.

Assim, o Estado, através de sua estrutura política e bélica, se coloca na vanguarda da colonização do Centro Oeste, investindo na infraestrutura necessária para a formação do latifúndio mato-grossense.

Como consequência dos incentivos para o preenchimento dos vazios demográficos, Mato Grosso passa a viver um fluxo migratório intenso. Se, por um lado, formavam-se grandes latifúndios, por outro, via-se chegar os excedentes da mão-de-obra do eixo Sul-Sudeste, o que gerou a criação de novos municípios para acomodar esse novo contingente populacional.

O fluxo migratório dirigido para Mato Grosso, se de um lado aliviava tensões sociais em outras regiões do país, participava do processo produtivo no Estado, mas gerava necessidades para as quais não estava preparado para atender de imediato, embora não pudesse negá-las. Perto de 30 cidades novas, com menos de 10 anos, pontilhavam regiões distantes. Outras, embora tradicionais, revitalizam-se apresentando também reivindicações resultantes do redescobrimto. [...] (Frederico Campos in SIQUEIRA. 2002, p. 212).

Politicamente, a ocupação dos “vazios demográficos” foi cercada de programas e de incentivos dos governos Federal e Estadual para que Mato Grosso se colocasse no cenário nacional como um dos maiores produtores de grãos, a partir da década de 90. Assim, a década de 70 é fortemente determinante para a atual conformação política e econômica do cenário agropastoril. Com os Recursos do POLONOROESTE<sup>31</sup>, do POLOCENTRO<sup>32</sup> e POLOAMAZÔNIA<sup>33</sup> e PROMAT<sup>34</sup>, foi possível incorporar novas tecnologias à produção extrativista de Mato Grosso, bem como incrementar a venda indiscriminada de terras.

[...] Esse plano objetivava a apropriação dos recursos naturais da chamada Amazônia Legal, tanto no que dizia respeito às riquezas minerais como às vegetais. Para isso, era essencial que as populações dessa região incorporassem as modernas tecnologias para processar o extrativismo, a fim de que o fruto de seu trabalho se mostrasse mais produtivo e lucrativo. Isso significava que a maioria da

<sup>30</sup> SILVA, Flavio Antônio Nascimento da. In PEREIRA Aires José. *Tangará da Serra: nova fronteira agrícola e sua urbanização*. 2000, p. 42,43.

<sup>31</sup> Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.

<sup>32</sup> Programa de Colonização do Centro Oeste

<sup>33</sup> Programa de Colonização da Amazônia Legal

<sup>34</sup> Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso.

população braseira, habitante da região amazônica, utilizava recursos arcaicos, pois, na verdade, tanto índios como caboclos eram considerados, na ótica desse Plano, atrasados e pouco produtivos (MADUREIRA DE SIQUEIRA. 2002, p. 232).

Com a definição de uma política nacional de ocupação do Centro-Oeste, e com ações do governo estadual, Mato Grosso ganhou expressão na economia nacional, através da SUDECO, que implicou no desenvolvimento de técnicas para a correção do solo ácido do cerrado mato-grossense<sup>35</sup>, a partir da década de 70.

Posteriormente ao desenvolvimento de técnicas do plantio extensivo no cerrado, Mato Grosso vivenciou uma avalanche migratória do eixo sul-sudeste, fato que marcou a mudança na economia agrária do estado e a transformação nas relações econômicas no campo. Nesse mesmo período, a agricultura rudimentar dá lugar a agricultura tecnológica, metodologia de produção que exige grandes extensões de terras.

Na década de 70 e principio dos anos 80, iniciou-se uma fase de desenvolvimento jamais vista em Mato Grosso. A ampliação e a melhoria da malha rodoviária pelo Governo Federal, a expansão das telecomunicações; a abertura de novas fronteiras agrícolas em imensas glebas de colonização estatal e particular, engajando a fundação de inúmeros núcleos urbanos pioneiros; e em especial a ocorrência de um intenso fluxo migratório, principalmente originário dos estados do Sul do país. [...]. (FERREIRA. 2001, p. 83.).

Para ilustrar este contexto, estudos recentes demonstram que, em função dos programas de colonização desenvolvidos e implementados no Estado de Mato Grosso, “a rapidez com a qual seus habitantes “pioneiros e construtores” transformam, organizam o espaço que lhes é concedido [...], a Amazônia mato-grossense é o arquétipo dessas regiões que passaram, em menos de trinta anos, de floresta “virgem” à era do automóvel, da televisão, do ar condicionado e do celular”. [...]. (BARIOU, MAITELLI et DOS PASSOS. 2002, p. 13).” Ou seja, as transformações ocorridas nas últimas três décadas na paisagem mato-grossense é objeto de estudos internacionais sobre o impacto desse “crescimento” econômico milagroso definido para a Amazônia Legal, que resultou no desmatamento de 10% das matas tropicais e quase na extinção da vegetação de cerrado para fins agropastoris.

---

<sup>35</sup> BARIOU, MAITELLI et PASSOS. *Environnement et télédétection au Bésil*. 2002, p. 62.



Um olhar mais atento sobre o processo de colonização implementado no Estado de Mato Grosso, a partir da década de 70, se deu em três ecossistemas distintos: a vegetação de cerrado, floresta ombrófila e floresta tropical, assentada sobre três unidades geomorfológicas: o Planalto dos Parecis, Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional e Planaltos Residuais do norte do Mato Grosso (BARIOU, MAITELLI et DOS PASSOS. 2002, p.29).

Segundo Castro et al (2002, p. 43), o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) assumiu novas diretrizes referentes à colonização dirigida à ocupação da Amazônia, visando assentamento de pequenos produtores na fronteira. Diferente das anteriores, esta fase da colonização dirigida, assumido pelo Governo Federal, acenava com a possibilidade de dar terra e melhores condições de vida ao trabalhador rural da região amazônica. Lembra-nos os autores que este tipo de campanha coincidiu com a violência com que foram tratadas as justas reivindicações destes trabalhadores, uma vez que o governo optou por fazer colonização e “alocar excedentes populacionais nas áreas de fronteira [...]” para “[...] apaziguar os conflitos nas áreas rurais [...] e também, ainda que indiretamente, reforçando o processo de acumulação de novas áreas na medida em que viabilizava a criação de um bolsão de subsistência de mão-de-obra na região.”.

Contextualizado o processo de expansão das fronteiras agrícolas brasileiras e mato-grossenses, compreende-se que os velhos e os novos modelos de colonização são resultados de uma organização social baseada na economia de mercado, portanto, na mais valia e na relação lucro e mão-de-obra excedente. Onde,

O proletariado dos esfarrapados, essa escoria passiva das camadas mais baixas da sociedade tradicional, é por vezes arrastado no movimento por uma revolução proletária; devido ao conjunto das suas condições de vida, porém, está apta a deixar-se comprar pelos manejos reacionários.

[...] o proletário não tem propriedade; as suas relações com a mulher e com os filhos já nada têm de comum com as relações familiares burguesas; [...] (GARDNER. 1994, p. 168).

Partindo dessa premissa, percebe-se que muitos dos trabalhadores que migraram do Nordeste para o eixo centro-sul (FAUSTO, et. al. 1997, p. 264), estiveram e estão a serviço do capital, na medida em que são colocados como parte acomodada à demanda do mercado de trabalho, como mão-de-obra excedente, para desbravar novas fronteiras

agrícolas e preencher as periferias dos centros urbanos sem, historicamente, compreender as causas do seu não enriquecimento.

Outro fator preponderante, segundo Castro et al (2002, p. 60), foi a ocupação de Mato Grosso, através da colonização dirigida ocorrida a partir de 1978, às margens de BR – 163, onde foram implantados seis Projetos de Assentamento Conjunto.

Os objetivos do Incra para os Projetos de Assentamento Conjunto (PAC's) eram:

- a) Proporcionar ao colono acesso à propriedade de um lote rural através do crédito fundiário, interligando um projeto de Colonização que assegurasse as condições mínimas de infraestrutura física, social, e econômica necessária para a exploração agrícola e para a garantia de condições de subsistência da família, bem como sua promoção social e econômica;
- b) Aliviar as tensões sociais e políticas nos estados sulinos;
- c) Agilizar a desocupação de reservas indígenas no Sul do país e em Mato Grosso;
- d) Promover e agilizar o processo de povoamento dos grandes “vazios demográficos” da Amazônia mato-grossense, com a ocupação do território através de programas de colonização, ordenando o fluxo migratório;
- e) Promover e acelerar o desenvolvimento social e econômico da Amazônia. (BARROS, et al. 2002, p. 67)

Destes projetos, foram colonizados Terra Nova (1978), Peixoto de Azevedo (1980), Ranchão (1980), Braço Sul (1981), Carlinda e Lucas do Rio Verde (1981). Segundo o Incra, este projeto foi assim organizado:

Projeto	Localização	Área/há	Lotes rurais	Nº famílias	Início
Terranova	Terra nova do Norte	450.000	1.423	1.423	1978
P. de Azevedo	Guarantã do Norte	133.000	1.840	1.840	1980
Ranchão	Nobres	23.931	120	120	1980
Lucas R. Verde	Diamantino	220.000	200	200	1981
Braço Sul	Guarantã do Norte	115.050	1.130	1.130	1981
Carlinda	Alta Floresta	96.000	400	400	1981

Fonte: Projetos do Incra (in CASTRO et al. 2002, p. 69)

#### 4.2.3 Periodicizando Tangará da Serra – MT

Considerando-se que Tangará da Serra é explorada economicamente deste o

século XVIII, e que já foi objeto de outros programas de colonização na primeira metade do Século XX, constatamos que a colonização efetiva ocorreu quando a região ainda pertencia ao município de Barra do Bugres, como resultado da conjugação da iniciativa privada, com o aval do Estado.

Mesmo sendo concessão pública, a Gleba Santa Fé continuou objeto de compra e venda; em 1956 foi vendida a Fabio Liserne, Julio Martinez Benevides e Joaquim Olea. Em 1960, esses ‘senhores’ das terras tangaraenses ampliam os limites territoriais de suas propriedades; incorporam em seus domínios mais 4.010 hectares, perfazendo um total de 9.870 hectares de propriedades privadas.

Em 1964, a SITA – Sociedade Imobiliária Tupã para Agricultura – adquire 877 hectares da Gleba Santa Fé e em 1965, é registrado o loteamento de 168 quadras para constituir o perímetro urbano da colonizadora, iniciando, de fato, sua urbanização em 1959, a partir do antigo povoado, que surgiu do loteamento das glebas Santa Fé, Esmeralda e Juntinho. (PEREIRA. 2000: 15, 16).

Oliveira (2005) afirma que a partir de 1960, com intensificação dos trabalhos de propaganda realizados pela SITA, através de corretores e da divulgação em rádio no norte do Paraná, São Paulo e em Minas Gerais, varias famílias foram em busca da esperança, da grande colheita do café, do paraíso perdido. Em 1960, começaram a chegar varias famílias, sendo que as primeiras matas derrubadas e as primeiras plantações foram realizadas depois de julho de 1959. Registra ainda que as primeiras famílias a estabelecerem residência em Tangará da Serra, segundo o livro tombo da Reitoria de Nossa Senhora Aparecida, começaram a chegar a partir de julho de 1959.

De acordo com Oliveira (2004, p. 72), na década de 70 foram muitos caminhões “pau-de-arara” que trouxeram mudanças de várias famílias para Tangará da Serra. “Iludidas ou não, estas famílias vieram individualmente ou em grupos de vizinhos, de amigos, de parentes ou de patrões e empregados para habitar e construir suas vidas neste espaço de Mato Grosso”.

Além do atrativo econômico, o crescente número de pessoas que buscavam as promessas do solo tangaraense era resultado de uma política nacional de colonização para atenuar problemas demográficos e políticos em outras regiões país. Com isso,

A partir da década de 1970, a colonização ganhou outro sentido: as terras que situavam em Mato Grosso e Amazônia eram vistas como “espaços vazios”, inabitados, sendo necessário abrir a fronteira, atraindo para esse território elementos que, fugindo dos problemas enfrentados nas regiões de origem, migrassem em direção ao espaço aberto à moderna colonização. [...] (MADUREIRA DE SIQUEIRA. 2002: 235.).

A promessa de encontrar terra vazia de gente, abundante e fértil foi uma das propagandas mais intensivamente utilizadas pelas colonizadoras oficiais e privadas para atrair trabalhadores e empresários de diversas partes do território nacional, orientadas pela ideologia da integração nacional e de ocupação das fronteiras, conforme as análises de diversos estudiosos do fenômeno da colonização no centro-oeste e Amazônia<sup>36</sup>.

Ilustrando o fato de que as doenças tropicais ou envenenamento não impediram o crescente número de migrações para Tangará da Serra, verifica-se a existência de uma máquina publicitária extraordinária que vendia o solo tangaraense como a promessa para a agricultura familiar e um local para começar vida nova. Observa-se que Tangará da Serra passa a experimentar com sucesso o papel de polarizador do destino de trabalhadores, indicando a eficiência da política de colonização em curso no Brasil.

Durante a década de 70, ante as transformações científicas e tecnológicas ocorridas na produção agrária no centro sul do país, liberando abundante mão-de-obra sem emprego e sem terra no campo, Tangará da Serra sentiu o impacto da corrida pela terra. Diante da demanda, as terras tangaraenses produziu um competitivo mercado de comercialização de terras regido pela lei da oferta e da procura (PEREIRA. 2000, p. 36, 37).

Este rápido crescimento populacional e econômico de Tangará da Serra levou as lideranças locais a disputar e a ocupar os espaços políticos dominados pelas famílias tradicionais de Barra do Bugres, sede do município. O que ocorreu em 1975, através de plebiscito e consolidou em município a partir de 1976.

Segundo Piaia (1999, p. 128), “a criação de novos municípios nem sempre ocorre para atender interesses de toda coletividade. Muitos municípios surgem para redistribuir no espaço novas forças político-partidárias que exercem dominação local e

---

<sup>36</sup> PICOLI (2005, P. 69,71) afirma que na região Amazônica era comum a chegada dos marginalizados e dos despossuídos do país em busca de terra e trabalho, e estes passavam a usufruir o novo espaço juntamente com os grupos nacionais e internacionais. “Na década de 70, aproximadamente 90% dos projetos com empresas privadas de colonização foram realizados no Estado de Mato Grosso, e o Estado recebeu 57% dos migrantes”.

regional, e que não conseguem maior participação no município de origem”.

A emancipação de Tangará da Serra propiciou a criação de uma estrutura político-administrativa, a partir de 1977, voltada para o mercado financeiro, com a construção de rede de energia elétrica, bancos, sistema telefônico, repetidora de televisão, investimentos públicos na urbanização, construção de uma malha viária municipal para acesso às propriedades e escoamento da produção, dentre outros.

A partir da criação de uma infraestrutura mínima, no âmbito municipal, muda-se também a relação econômica no campo. As pequenas propriedades e a economia familiar desapareceram gradativamente frente às investidas das grandes empresas agropecuárias. Isto teve como consequência a reconcentração de terras, através da compra legal, e os antigos sitiantes migram para os bairros periféricos de Tangará da Serra ou para novas áreas de colonização.

Desta forma, edificou-se uma Tangará da Serra marcada pelo contraste entre os que têm e os que desejam ter. Contradição verificada em dois momentos: o da pré-colonização e o da pós-colonização. Embora discutamos o processo de ocupação da terra, sua representação social, não podemos nos furtar às consequências imediatas de uma Tangará da Serra com infraestrutura de produção voltada para o mercado nacional e internacional<sup>37</sup>.

Assim, Tangará da Serra não nasceu por acaso; é um projeto mercadológico criado para controlar as tensões sociais, políticas e econômicas vividas nas décadas de 60 e 70 pela política autoritária e entreguista em curso. Especificamente para São Paulo, cidade de Tupã, Tangará da Serra se apresentou como uma possibilidade de se livrar do contingente populacional agrário excedente daquela região. Para o Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, representou, a partir da segunda metade da década de 70, a possibilidade de captar dinheiro público para praticar a agricultura de cerrado e consolidar a agricultura tecnológica, voltada para a economia globalizada.

---

<sup>37</sup> Pereira (2000:41) afirma que Tangará da Serra nasceu dentro de uma política de integração nacional, uma vez que a economia de Barra do Bugres era baseada no extrativismo vegetal e na agropecuária tradicional, e Tangará Serra passou a representar um modelo de produção tecnológica no setor agropecuário.

#### 4.2.4 Estrutura fundiária de Tangará da Serra - MT

Segundo as secretarias de Planejamento, Agricultura e Meio Ambiente, devido à alta fertilidade do solo das terras de Tangará da Serra, diversas culturas foram implantadas, destacando-se atualmente algodão, arroz, feijão, milho, soja, cana-de-açúcar, abacaxi, como culturas anuais. Destaca-se a produção de abacaxi com a aquisição e plantio de 6 milhões de mudas em convênio com o Estado, através da SEDER apoiando a produção; ao principalmente de pequenos e médios produtores no município. Vem crescendo o plantio de espécies perenes, como seringueira, eucalipto, teca e pouca expressão o café e citrus. Além disso, o Chapadão do Rio verde é uma região altamente favorável ao plantio da soja, algodão e milho, apresentando excelentes produtividades.

##### Perfil fundiário:

TOTAL DE IMÓVEIS	1.335	693.851,4 ha
<b>Minifúndio</b>	<b>716</b>	<b>24.622,7 ha</b>
Pequena produtiva	105	17.747,3 ha
<b>Pequena</b>	<b>174</b>	<b>28.818,20 ha</b>
Média produtiva	61	38.492,30 ha
<b>Média</b>	<b>120</b>	<b>75.212,10 ha</b>
Grande produtiva	39	129.586,30 ha
<b>Grande</b>	<b>108</b>	<b>354.317,20 ha</b>
Não classificadas	12	25.055,30 ha

Fonte: Secr. de Agricultura e Meio Ambiente/EMPAER/Assoc dos Eng. Agrônomos (disponível no site: [www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) acessado em 26/08/10)

##### Produção agropecuária em Tangará da Serra

Produto	Área/há	Produção (ton)
Algodão	1.100	5.000
Arroz	7.300	9.600
Café	(pés) 1.500.000	7.500
Mandioca	800	24.000
Milho	6.000	32.500
Soja	36.400	98.300
Abóbora	15	450
Banana	300	2.400

Coco*	150	16.350(unid.)
Mamão	10	200
Melancia	20	400
Piscicultura	10	100
Pupunha	6	120
Tomate	18	720

Fonte: Secr. de Agricultura e Meio Ambiente/EMPAER/Assoc dos Eng. Agrônomos (disponível no site: [www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br) acessado em 26/08/10)

Segundo a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra – MT (2010), a pecuária, a avicultura, a indústria extrativista e agroindústria estão assim distribuídas:

### **PECUÁRIA**

O Município conta com uma área de aproximadamente 350.000 ha de pastagem, apresentando um rebanho bovino destinado ao abate em criação extensiva de 300.000 cabeças, e um rebanho leiteiro com sérias necessidades de melhoramento e eficiência de produção de leite, beneficiamento e comercialização. Nesse caso, o município pretende implantar um projeto de melhoramento da bacia leiteira em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Agricultura do Estado de Mato Grosso – SEDER e EMPAER, trabalhando com assistência técnica, extensão rural e capacitação dos pecuaristas na condição de trabalho familiar. Em relação a ovinocultura, têm-se ainda como dados registrados aproximadamente 6.000 cabeças de ovinos no município. O programa de ovinocultura tem apoio municipal, do SEBRAE e Associa; ao dos ovinocultores de Tangará da Serra, trabalhando para implantação do projeto de melhoria do desempenho do rebanho, através da aquisição de matrizes de raça definida para programa de inseminação artificial e eficiência na criação com técnicas apropriadas para desenvolvimento do setor.

### **AVICULTURA**

A produção de frangos de corte é opção crescente no município devido ao fomento da empresa Anhambi e seu potencial de expansão, servindo como a principal compradora de aves dos pequenos e médios produtores, podendo atingir até o final de 2006 a média de abate de 120.000 cabeças/dia. Frangos do tipo caipira são típicos de pequenas propriedades rurais funcionando como alternativa de subsistência familiar.

### **INDÚSTRIAS EXTRATIVISTAS**

Calcário e madeira, tanto in-natura como beneficiada e uma mineradora para extração de rochas para construção civil e estradas.

## **AGROINDÚSTRIAS**

Frigorífico de aves para 80.000 cabeças/dia, 01 frigorífico de bovinos com Serviço de Inspeção Federal - SIF para 800 cabeças/dia, 01 frigorífico de bovinos com Serviço de Inspeção Estadual SISE para 100 cabeças/dia, 02 frigoríficos de suínos com capacidade para 145 cabeças de suínos por dia, 01 laticínio com inspeção federal e capacidade para 20.000 L/dia, 01 processadora de palmitos e 01 processadora de abacaxi em polpa com produção voltada ao mercado externo europeu, iniciando suas atividades neste ano de 2006.

### **4.2.5 Surge o Assentamento Antônio Conselheiro**

A democratização do acesso a terra é um elemento fundamental para a superação do atual modelo de estrutura agrária e de produção agropecuário brasileiro, para oferecer condições ao homem que dela vive, uma vez que a maior parte das terras cultiváveis do país está nas mãos de uma minoria, que são os grandes latifundiários, e não dão à terra a função social devida. A concentração de terras nas mãos de poucas pessoas faz com que três milhões de pequenos agricultores detenham apenas dez milhões de hectares, enquanto apenas cinquenta mil latifundiários possuem cento e sessenta milhões de hectares. No contexto geográfico do campo, Vezzali (2006) destaca que cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, tem mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis.

No Cadastro do INCRA de agosto de 2003, no estrato de área até 10 hectares encontram-se 31,6% do total de imóveis que correspondem a apenas 1,8% da área total. Os imóveis com área superior a 2.000 hectares a correspondem a apenas 0,8% do número total de imóveis, mas ocupam 31,6% da área total.

Conforme afirma GOMES (1991, p. 37), com o surgimento da propriedade particular dos meios de produção aprofundam-se as desigualdades sociais em função das diferenças patrimoniais, conduzindo à formação da hierarquia de classe: dominadores e dominados. Com isso, o processo de produção de riquezas, concentrada nas mãos de poucos.

De acordo com os levantamentos do INCRA, o agravamento da concentração da propriedade fundiária no Brasil prejudica a produção de alimentos, porque as grandes propriedades em geral voltam-se mais para os gêneros agrícolas de exportação. Um estudo



recente do PRONERA calculou que 60 a 70% dos gêneros alimentícios destinados ao abastecimento do país procedem da produção de pequenos lavradores, que trabalham em base familiar.

A agricultura familiar corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos (8,4% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária. 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes. Este desempenho da agricultura familiar ocorre sem que haja um acesso ao crédito proporcional à sua participação na produção. Responde por 37,8% da produção, mas consome apenas 25,3% do crédito, enquanto a agricultura patronal, que responde por 61% da produção, consome 73,8% do crédito.

Segundo Azevedo (2006), tomando como base dados extraídos do Censo Agropecuário do IBGE (2005), as pequenas propriedades rurais produzem para o povo brasileiro: 72% leite, 78% feijão, 85% banana, 93% mandioca, 74% batata, 55% milho, 76% tomate, 60%, mamão, 39% arroz e 46% de animais de grande porte, 86% de animais de médio porte, 85% animais de pequeno porte e aves.

As políticas agrárias são instrumentos sociais de poder e de enfrentamento entre o latifúndio e os que querem a terra para dela sobreviver. Apesar das relações de poder ideologicamente orientadas na questão agrária<sup>38</sup>, a sociedade e o estado brasileiro necessitam urgentemente implementar políticas que assegurem condições de permanência do homem no campo, garantindo a distribuição de renda e a promoção de uma política social reparadora das grandes questões sociais brasileiras.

Políticas de desconcentração da base produtiva (terra) podem resultar em uma nova dinâmica econômica local e regional. Tanto é que a primeira versão do Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA) afirmava que a democratização do acesso a terra

---

<sup>38</sup> GEORGE, Pierre. *Geografia da população*. (1975, p. 51, 52). O contexto discutido pelo autor refere-se à concentração de pobreza e de miséria e a doença, nessa perspectiva, como produtos da desnutrição e da subalimentação. Ou seja, os países do terceiro mundo, no caso do Brasil, são marcados por fortes contrastes sociais e pela concentração da terra nas mãos de poucos. E esse tipo de política impede a implementação de uma política social no setor agrícola, de natureza familiar.

está vinculado ao “conceito de desenvolvimento sustentável utilizado corresponde ao processo de elevação do nível geral de riqueza e da qualidade de vida da população que compatibilize eficiência econômica, a equidade social e a manutenção dos estoques de capital natural (Brasil. 1999, p. 28)”.

A reforma agrária oficial propõe para o campo e para a agricultura familiar a lógica de mercado, representada pela associação do progresso técnico e o aumento da capacidade produtiva à imagem do agricultor viável, tornando esses elementos indicadores e referência para o estabelecimento de metas e critérios para a avaliação do desenvolvimento do próprio assentado.

Tentando entender a provocação anterior, afirmamos que os avanços e as conquistas sociais efetivadas pelos homens e mulheres que conquistaram o direito a terra, com as quase mil famílias do Assentamento Antônio Conselheiro que se encontravam nas periferias das cidades, sem estrutura, sem profissão.

Assim, ao falar sobre o processo de construção de um dos maiores Assentamentos do Brasil, é como que falar sobre a minha própria trajetória, uma vez que acompanhei boa parte das etapas que resultaram no Assentamento Antônio Conselheiro.

A mobilização em prol da reforma agrária começou em junho de 1996, quando as lideranças estaduais do MST entraram em contato com lideranças locais para apresentar a intenção de mobilizar o povo em torno da luta pela reforma agrária, visto que a cidade concentra um volume considerável de mão-de-obra ociosa. Além disso, o Movimento considerou a localização geográfica de Tangará da Serra, por ser uma cidade polo e objeto de constante migração das cidades circunvizinhas, constituindo-se em importante espaço para desenvolver o trabalho de base e, posteriormente, organizar um acampamento.

No segundo semestre de 1996, dia 08 de outubro, com a organização de um acampamento provisório a beira da MT 358, nas proximidades da Serra Tapirapuã, às margens do córrego Angelim, no município de Nova Olímpia – MT, começou a parte visível da luta para a consolidação do assentamento Antônio Conselheiro. Mais de quatro mil pessoas, debaixo da lona preta, dizendo que queriam terra para trabalhar.

Porém, com uma semana de acampamento às margens da MT 358, aconteceu

uma tragédia: uma carreta desgovernada avança sobre os barracos e vitima cinco pessoas, sendo duas crianças da mesma família e três pessoas adultas. A partir daí, permaneceram em vigília, bloqueando a MT-358 por mais quatro dias e, após tensas negociações com os setores de segurança, gestores, o acampamento foi acomodado em cinco alqueires de terra das Usinas Itamarati, um pouco mais afastado da rodovia.

Todo o processo de acampamento do MST às margens da MT 358, o acidente que vitimou cinco pessoas, e a desapropriação da fazenda Tapirapuã para a implantação do Assentamento Antônio Conselheiro, foram assim descritos por Fernandes Mansano (2000, p. 221):

A concentração era para acontecer em uma área cedida pelo vice-prefeito de Tangará da Serra. Todavia, no dia em que estava marcado para iniciar a ação, ele voltou atrás, pressionado pelos latifundiários e por políticos do Partido da Frente Liberal. As famílias tiveram que acampar nas margens da rodovia. Um acidente fatal causado por uma carreta desgovernada matou cinco trabalhadores. [...] Com essa fatalidade, as famílias exigiram do governo uma área para permanecerem acampadas, enquanto sucedia o processo de negociação para o assentamento. [...] Em Tangará da Serra havia um latifúndio que o MST indicou ao Incra, uma área de 37.000 ha, que foi vistoriada e resultou improdutiva. Depois dos processos de negociação, a área foi desapropriada e as famílias foram transferidas e fundaram um dos Assentamentos mais extensos do Brasil: o Antônio Conselheiro.

Aproximadamente cinco meses após a formação do acampamento, os Sem-Terra, através de negociação com o INCRA e o proprietário da Fazenda Tapirapuã, localizada na MT-339, o MST consegue um contrato de comodato de 4.208 hectares para onde as famílias acampadas transferidas em março de 1997.

Em abril de 1998, o assentamento dos trabalhadores sem-terra acontece. Os módulos distribuídos aos assentados, através do INCRA, variam de vinte e cinco a trinta e oito hectares. O tamanho dos módulos foi definido pelo relevo, tipo de solo.

O Assentamento Antônio Conselheiro possui área territorial cerca de 38.337 hectares, distribuídos em 38 núcleos sociais denominados agrovilas; está localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso, em 1996, ocupando parte dos territórios dos municípios de Barra do Bugres, Nova Olímpia e Tangará da Serra, 990 famílias ocuparam uma área de trinta e oito mil e trezentos e trinta e cinco hectares, onde funcionava a fazenda Tapirapuã.

Todas as unidades são propriedades agrícolas familiares, com media de 29,04 hectares por unidade de produção (UP's).



Mapa de Mato Grosso identificando as regiões do estado onde o MST iniciou seu processo de organização.

Com isso, a mobilização em defesa dos interesses comuns dos hoje assentados pode ser compreendida a partir de três marcos referenciais: 1996, quando se iniciou o acampamento dos Sem Terra; 1998, quando da mobilização para reivindicar infraestrutura básica (educação, saúde, transporte, estradas, energia elétrica, moradia, escoamento de produção) junto à prefeitura de Tangará da Serra; e 1999, quando os assentados se mobilizaram para conseguir financiamento para a agricultura familiar.

Nesse cenário, a consciência de classe e o entendimento de que pensamento e movimento coeso podem efetivar conquistas sociais e se impor politicamente na disputa de projetos sociais, tem mobilizado o Assentamento Antônio Conselheiro. Inicialmente, no primeiro trimestre 1999, o movimento se dividiu em duas organizações: uma que seguia as lideranças formadas pelo MST e outra, denominada independente. Com esse evento, ocorreu o enfraquecimento dos assentados que, por sua vez, perderam seu poder de mobilização e de reivindicação, na medida em que foram se dividindo, afastando do pensamento original.

Consideramos que o modo de produção rústico imposto aos assentados do *Antônio Conselheiro* não é o modelo agrícola mais apropriado para garantir a permanência daquelas famílias no campo. Alguns assentados afirmam que é preciso desenvolver programas que sejam capazes de oferecer orientação e assessoria para garantir a produção e a produtividade, a qualidade e a diversificação das atividades do campo. Para tanto, reivindicam acompanhamento e disponibilidade de novas tecnologias que favoreçam o desenvolvimento

da agricultura familiar em consonância com a preservação do meio ambiente. Estes assentados necessitam de conhecimentos acerca do uso e do manejo do solo, de maneira sustentável, sem agredir ao meio ambiente.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 A percepção do produtor quanto à extensão rural oferecida pela EMPAER no Assentamento Antonio Conselheiro em atendimento a PNATER

A situação atual no assentamento Antônio Conselheiro é de estabilidade, já que o fluxo de pessoas que deixam o assentamento está minimizado. A partir das observações percebeu-se que as famílias que estão assentadas demonstram interesse em produzirem e se manterem através de seu trabalho.

Com isso, é possível afirmar que há um campo fértil de atuação para a promoção da extensão rural, conforme anunciado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Nesse sentido, é importante entender como o agricultor familiar, o assentado, percebe a atuação da assistência técnica oferecida através da EMPAER, que é a empresa pública responsável pela assistência técnica e extensão rural no estado de Mato Grosso.

Para entender como ocorre a extensão rural no assentamento, foi realizada pesquisa junto a 187 assentados, para coletar informações específicas a assistência técnica recebida pelos produtores.

#### Quadro 1: Fontes de informações técnicas utilizadas pelo produtor para produção

MEIOS DE COMUNICAÇÃO	GRAU DE IMPORTÂNCIA					
	Importante		Pouca importância		Sem importância	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A – Rádio	67	35,82	37	19,78	83	44,39
B – Televisão	28	14,97	30	16,04	129	68,99
C - Jornal, folhetos sobre agricultura	15	8,02	27	14,44	145	77,54
D - Reunião da associação, cooperativa, sindicato, MST	23	12,30	57	30,48	107	57,22
E - Parentes, amigos e vizinhos	47	25,14	19	10,16	121	64,70
F – Comprador	37	19,78	18	9,64	132	70,58
G -Técnico (governo, ONG, particular)	29	15,50	54	28,50	104	56,00

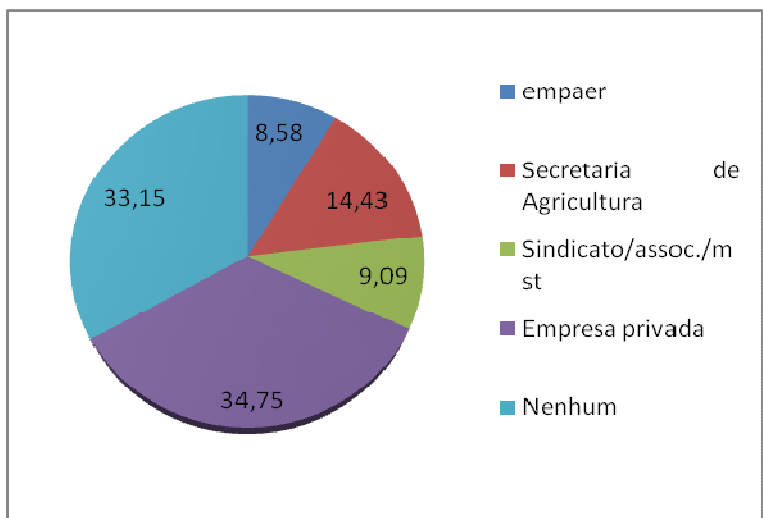
Em se tratando das principais fontes de informações técnicas utilizadas pelos produtores para realização da produção, o quadro 1 demonstra que a maioria dos produtores considera sem importância os diversos meios de comunicação na hora de decidirem sobre produção. Ainda assim, as fontes mais citadas como importantes foram: rádio 35,82%, parentes, amigos e vizinhos com 25,14% e compradores 19,78%.

Dos agricultores pesquisados com relação à importância dos técnicos como fonte de informação, 56% dos agricultores deram nenhuma importância, 28,50% pouca importância e 15,50% consideram importantes os técnicos de assistência técnica e extensão rural. Pode-se entender, com isso, que a maioria dos produtores não tem acesso a informação pela assistência técnica.

Levando em consideração que os meios de comunicação são instrumentos que podem democratizar informações e que a metodologia de trabalho participativa e democrática é apresentada como destaque na política pública da PNATER, é possível avaliar que os trabalhos de disseminação da informação não estão sendo construídos de forma que atenda as necessidades e as expectativas dos produtores.

Como visto, a maioria dos agricultores não dá importância aos meios de comunicação. Uma pergunta: a quem recorrem os agricultores quando precisam de assistência técnica?

A figura 2 apresenta possibilidades locais de assistência e a porcentagem de recorrência.



**Figura 2: Recorrência para apoio de assistência técnica**

As análises dos resultados demonstram que as empresas privadas são as mais procuradas pelos agricultores quando necessitam de apoio técnico, com 34,75 % em seguida os agricultores que não recorrem a nenhum tipo de assistência técnica com 33,1%. Na sequência, a secretaria de agricultura com 14,43%, o sindicato, associações e movimento do MST com 9,09% e, por último, a EMPAER com 8,58%.

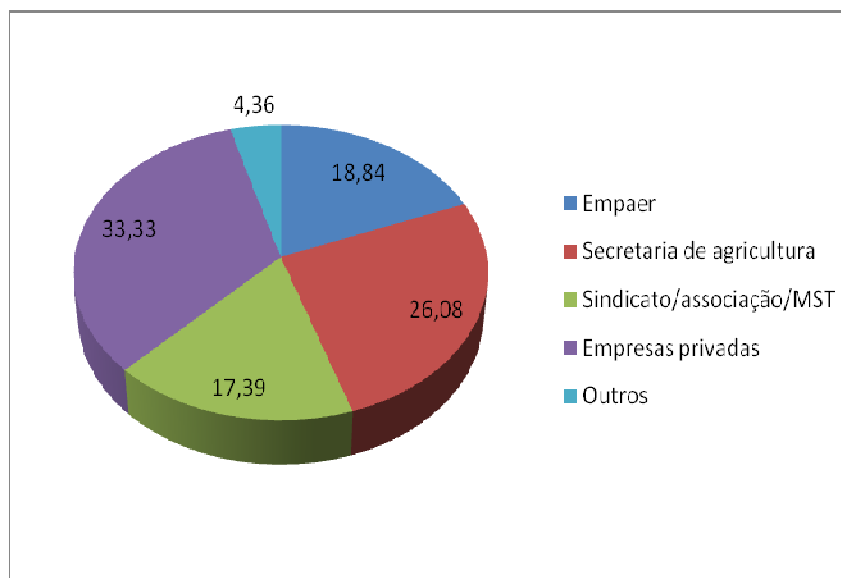
As empresas particulares ainda são as mais lembradas pelos agricultores quando é necessário algum apoio técnico para a produção. Essa situação é reflexo de um modelo herdado pela forma como a assistência técnica trabalhou ao longo da sua história, priorizando o método que Caporal (2006) categoriza como difusionista produtivista. Para ele, esse modelo baseia-se na aquisição por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, que se utiliza intensivamente de capital (máquinas e insumos industrializados). Assim, a extensão rural servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado, do consumo das chamadas tecnologias de ponta, sinônimos de desenvolvimento e sucesso da produção agrícola.

A EMPAER que, é uma empresa responsável pela assistência técnica e extensão rural, apresenta o menor percentual de procura (8,58%), demonstrando sua fragilidade de atendimento, o que propicia a instituição cair no esquecimento dos produtores. Isso pode estar ocorrendo pelo número reduzido de técnicos contratados pela EMPAER, que atualmente, são dois para o município de Tangará da Serra-MT.

Confirmando essa situação, ao questionar os produtores em relação ao recebimento de assistência técnica na propriedade, apenas 69 produtores (36,90%) responderam afirmativamente, a maioria dos agricultores, 118 (63,10%), não recebem nenhum tipo de assistência na propriedade. Dos produtores que declararam receber assistência na propriedade, apenas 13 agricultores receberam assistência da EMPAER. A partir da amostra de pesquisa o percentual de atendimento da EMPAER no assentamento Antônio Conselheiro representa somente 6,95%.

Contudo, outras instituições oferecem atendimento de assistência técnica para os produtores do assentamento, conforme indica a figura 3.





**Figura 3: Instituições que atendem os assentados em seus estabelecimentos**

Verifica-se que as empresas privadas com 33,33% das respostas são as que mais atuam com visitas de assistência técnica no estabelecimento dos agricultores do assentamento Antonio Conselheiro, é sabido que este tipo de assistência técnica tem caráter exclusivamente comercial, no sentido da venda de produtos e insumos agrícolas e nada tem haver com a assistência técnica pretendidas pela PNATER, que tem como principais referências a transição agroecológica e a metodologia participativa.

Os outros agentes que se apresentam nos estabelecimentos para realizarem a assistência técnica estão presentes a secretaria municipal de agricultura 26,08%, a EMPAER 18,84%, instituições representativas de classe como: sindicato/associações/MST 17,39% e outras não especificadas 4,36%.

A partir de uma leitura reflexiva acerca dos dados apresentados, pode-se afirmar que há ausência do Estado através das suas esferas de governo, tais como: EMPAER e secretaria de agricultura do município, pois 63,10% dos produtores afirmam que nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica no estabelecimento e dos 33,90% que receberam assistência técnica, um terço é realizado pela iniciativa privada. Não podemos esperar que a assistência oferecida pelas empresas privadas possa atender o agricultor com relação a métodos participativos e muito menos para a produção agroecológica, já que o

objetivo maior das empresas privadas é vender um pacote tecnológico anunciado pela revolução verde.

Além de o público atendido ser pequeno, torna-se necessário compreender a finalidade declarada pelas pessoas que receberam a assistência técnica no estabelecimento.

**Quadro 2: Atendimento técnico oferecido nos estabelecimentos do assentamento Antonio Conselheiro**

Finalidade	Atendimentos	
	Nº	%
1 Planejamento Participativo para as atividades produtivas	0	0
2 Elaboração e orientação para projetos de financiamento	25	36,23
3 Orientação técnica para produção	31	44,92
4 Gerenciamento da unidade produtiva	07	10,15
5 Outro tipo	06	8,70

A assistência técnica oferecida aos produtores está concentrada, principalmente, na orientação técnica para produção 44,92% e na elaboração e orientação para captação de recursos financeiros 36,23%. A assistência para gerenciamento da unidade produtiva e outros tipos não especificados são respectivamente 10,15% e 8,70%, sendo o planejamento participativo desconsiderado na atividade de assistência técnica oferecida aos produtores do assentamento.

Com a ausência de metodologia participativa na realização da assistência oferecida pelo extensionista, podemos identificar que a comunicação é unilateral, ou seja, o técnico não coloca como finalidade em sua assistência um planejamento das atividades produtivas que leve em consideração os saberes da família assentada.

Assim, a prática da extensão rural está divergente do que trata a lei que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, já que, em seu artigo 3º inciso III é adotado como princípio a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública (LEI 12.188 de 11 de janeiro de 2010).

Entre os objetivos específicos da PNATER, encontra-se a promoção da valorização do conhecimento e do saber local, de forma a apoiar os agricultores familiares e demais públicos da extensão rural, no resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade (BRASIL, 2004). Nesse sentido, a assistência técnica atual oferecida aos produtores encontra-se em total desconexão com esta política pública.

Outro fator que demonstra a ínfima qualidade da assistência técnica oferecida pelos extensionistas diz respeito ao intervalo de tempo e duração que as visitas ocorrem. Isso porque 94,20% dos produtores declaram que as visitas ocorrem esporadicamente e 5,8% apontaram uma periodicidade semestral, nenhum entrevistado afirmou receber visita semanal/quinzenal ou mensal. Aliado a isso, o tempo de duração das visitas ficaram concentrados 85,50% em um período menor que uma hora, 10,17% com o período de uma a duas horas e entre duas e três horas 4,33%.

Torna-se difícil a interação entre extensionista e produtor quando o tempo de permanência da maioria das visitas ocorre com período menor que uma hora (94,20%) e a frequência é esporádica.

No quadro 3, temos a representação da avaliação das famílias com relação a métodos participativos por parte dos técnicos que visitaram os estabelecimentos.

**Quadro 3 – Adoção de métodos participativos pelos extensionistas no Assentamento Antonio Conselheiro**

Métodos Participativos	Afirmativo		Negativo	
	Nº	%	Nº	%
Convidou todos os participantes da produção (esposa, marido, filhos e outros) para um planejamento participativo?	05	7,25	64	92,75
Foi feito um planejamento de todas as atividades produtivas do lote?	0	0	69	100
Levou em consideração os conhecimentos do produtor? (Interagindo os conhecimentos técnicos com os conhecimentos do agricultor)	23	33,33	46	66,67

Na maioria das visitas, quando perguntado sobre métodos de participação e planejamento participativo, as respostas dos produtores sinalizaram para a negação, pois

100% dos produtores afirmaram que não é realizado um planejamento participativo, que considere todas as atividades produtivas do lote. 92,75% disseram que quando da visita dos técnicos em suas propriedades, a família não participou das instruções técnicas apresentadas pelo extensionista, e 66,67% afirmaram que não se levou em consideração os conhecimentos dos produtores para realizar a assessoria nas propriedades.

Segundo Caporal (2003), “a apropriação e análise” das informações pelas próprias famílias rurais envolvidas, assim como seu protagonismo nas ações. Ou seja, com o DRP se relativiza o papel dos agentes externos, ao mesmo tempo em que se aumenta o papel das famílias rurais em todas as etapas dos ciclos de projeto em uma determinada localidade, comunidade, microbacia hidrográfica, etc. Uma comparação entre Diagnóstico Rural Rápido e Diagnóstico Rural Participativo indica, ademais, que o segundo é mais adequado para incrementar o poder local e a capacidade de gerar instituições e ações locais, que são elementos-chave para estratégias que buscam a sustentabilidade.

Caporal (2003), afirma que não se trata apenas de uma crítica à prática convencional da extensão rural, trata-se de deixar claro que o futuro do extensionismo passa pela adoção de outro enfoque e de uma estratégia metodológica participativa, ambos necessários ante os desafios sociais e ambientais aos que se deve enfrentar a extensão rural da esfera pública. A “a participação sustentada em estratégias de desenvolvimento exige transformações em três domínios: métodos e procedimentos; cultura institucional; e comportamento e atitudes pessoais. Os três são necessários e cada um deles reforça os demais”. Afirma também que “cada um deles representa pontos de entrada para as mudanças”. Ou seja, estamos ante a fronteira das mudanças, mas eles não serão um “acontecimento” fruto do nada, senão que dependem sobretudo da vontade dos indivíduos, de um **“novo profissionalismo”**.

Quando pensado em entender a ocorrência de métodos participativos nas ações de extensão rural, tendo em consideração que um dos objetivos da pesquisa é verificar a atuação da EMPAER em relação a PNATER nos aspectos da metodologia participativa no processo produtivo do assentamento Antonio Conselheiro, foi questionado aos produtores que responderam afirmativamente quanto a assistência da EMPAER em suas propriedades (13), sobre as práticas de metodologia participativa por parte dos extensionistas da EMPAER, conforme demonstra o quadro 4.

**Quadro 4 – Adoção de métodos participativos pelos extensionistas da EMPAER no Assentamento Antonio Conselheiro**

Métodos Participativos	Afirmativo		Negativo	
	Nº	%	Nº	%
Convidou todos os participantes da produção (esposa, marido, filhos e outros) para um planejamento participativo?	02	15,38	11	84,62
Foi feito um planejamento de todas as atividades produtivas do lote?	0	0	13	100
Levou em consideração os conhecimentos do produtor? (Interagindo os conhecimentos técnicos com os conhecimentos do agricultor)	8	61,54	5	38,46

Dos treze entrevistados que receberam atendimento extensionista da EMPAER, 8 (61,54%) afirmaram que é levado em consideração os conhecimento do produtor na relação técnico x extensionista, porém apenas dois produtores afirmaram que houve a participação da família no processo de assistência e todos os entrevistados disseram que a abordagem da EMPAER não leva em consideração um planejamento de todas as atividades produtivas realizadas no lote.

Segundo Jesus (2006, p. 67, 71), qualquer que seja o paradigma dominante num sistema de extensão rural, a interação extensionista rural – agricultor, extensionista rural – pecuarista, por exemplo, fazem parte do cotidiano. Nesse processo de interação, uma diversidade de tipos de conhecimentos está presente.

A) Conhecimento do senso comum ou conhecimento ordinário ou conhecimento empírico ou conhecimento vulgar ou ainda conhecimento intuitivo;

B) Conhecimento filosófico;

C) Conhecimento religioso; e

D) Conhecimento científico.

Jesus (2006, p. 74) afirma que a consciência das diferenças entre tipos de conhecimentos com os quais se interage no cotidiano pode contribuir para a adoção de

atitudes de valorização dessas diferenças e de aprendizagens a partir das diferenças. Ou seja, para o autor, há a necessidade de o extensionista a extensionista pensar e perceber as múltiplas formas de perceber a realidade, de relacionar-se com os conhecimentos e o saberes dos sujeitos com os quais se está trabalhando. Mais que isso, o extensionista, a extensionista desejado não trabalha para e nem faz pelo agricultor, pela agricultora familiar, ele trabalha com.

Quanto ao segundo eixo da pesquisa, que diz respeito a transição agroecológica através da assistência técnica extensionista, pode-se ter uma visão da realidade vivenciada no assentamento Antonio Conselheiro através do quadro 5.

**Quadro 5- Orientação para práticas agroecológicas no assentamento Antonio Conselheiro**

Orientação para práticas agroecológicas	Afirmativo		Negativo	
	Nº	%	Nº	%
Preparo agroecológico da terra para o plantio	0	0	69	100
Adubação agroecológica	0	0	69	100
Controle agroecológico de pragas e doenças	5	7,25	64	92,75
Controle de plantas adventícias	0	0	69	100
Educação ambiental	13	18,85	56	81,15
Alguma outra prática agroecológica?	0	0	69	100

O quadro reflete que o serviço de assistência técnica e extensão rural realizado no assentamento Antonio Conselheiro dão pouca atenção para os princípios da ciência da agroecologia, pois nenhum assentado afirma receber por parte dos técnicos instruções agroecológicas de preparo da terra para o plantio, adubação agroecológica e controle de plantas adventícias, apenas 5 entrevistados (7,25%) afirmaram ter recebido orientação para o controle agroecológico de pragas e doenças e 13 entrevistados (18,85%) afirmaram receber orientações de educação ambiental.

O grande número de assistência oferecida por empresas privadas possibilita entender a não prática da agroecologia na assistência técnica recebida pelos assentados.

Isso não omite a responsabilidade dos técnicos da assistência técnica pública em relação a agroecologia, porque a lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010 em seu artigo 3º que trata dos princípios da PNATER no inciso IV diz “adoção dos princípios da agricultura de

base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.”

Segundo Wink (2009), O principal motivo que leva os produtores a produzir de forma ecológica é a preocupação com a saúde da família e a percepção de que a produção tem diminuído devido à baixa fertilidade do solo, compactação, falta de vida, entre outros. Além destes, outros fatores também impulsionam a transição, como a existência um mercado diferenciado para os produtos de base ecológica, o incremento da renda familiar e a preocupação com a saúde do consumidor. Há necessidade de um acompanhamento técnico mais efetivo para que sejam propostas tecnologias mais apropriadas aos agricultores familiares.

Para que a produção possa ser sustentável é preciso que o extensionista tenha visão holística de todo o processo produtivo, levando em consideração desde o plantio até a distribuição ao consumidor final.

O quadro 6 apresenta como os produtores estão se orientando para a comercializar a produção.

**Quadro 6- Orientação para comercialização da produção no assentamento Antonio Conselheiro**

<b>FORMAS DE ORIENTAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO RECEBIDA PELOS PRODUTORES</b>	<b>GRAU DE IMPORTÂNCIA</b>					
	Importante		Pouco Importância		Sem Importância	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A- Rádio	22	11,76	24	12,84	141	75,40
B- Televisão	34	18,18	17	9,10	136	72,72
C- Jornal, folhetos sobre agricultura	15	8,03	21	11,23	151	80,74
D- Técnicos (governamental, ONG, particular)	29	15,51	37	19,79	121	64,70
E- Reuniões da associação, cooperativa sindicato, MST	27	14,44	28	14,97	132	70,59
F- Parentes, amigos e vizinhos	36	19,25	29	15,50	122	65,25
G- Comprador	87	46,53	39	20,85	61	32,62

Os resultados mostram que os meios de comunicação e a assistência técnica são pouco levados em consideração para orientar os produtores e que a variável que apresenta maior grau de importância na orientação da venda são os compradores, 46,53% dos produtores pesquisados apontaram essa verdade. Com isso, é importante relatar que a assistência técnica prestada aos assentados não está compreendendo o processo de comercialização como parte das atribuições da assistência técnica. Entretanto, a Lei 12.188 considera, em seu artigo 2º inciso I, como finalidade da assistência técnica e extensão rural “o serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processo de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.”

A comercialização torna-se parte do processo de planejamento da produção e responsabilidade direta do extensionista, é a parte crucial do processo de assistência e está intimamente ligada com a viabilidade financeira necessária para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

A realidade da falta de assistência técnica na comercialização é refletida no assentamento Antonio Conselheiro, uma vez que 62,60% dos produtores entrevistados afirmaram que em algum momento já perderam a produção por não conseguirem comercializar.

Falta, portanto, a presença de uma assistência técnica que seja capaz de entender a complexidade deste trabalho e atuar de forma participativa, para que o agricultor seja assessorado em todas as fases do processo produtivo até a comercialização, de forma a oferecer produtos de qualidade.

A importância da assistência técnica está presente na comercialização e em todo o processo de produção, pois quando perguntado aos produtores se eles gostariam de produzir outros produtos e não conseguem, conforme resposta de 65,78% dos entrevistados. Esses produtores (123), ao serem questionados sobre variáveis com grau de importância que podem influenciar como fatores dificultadores para realizar a produção, apontaram a falta de crédito e de assistência técnica, conforme o quadro 7.



**Quadro 7 – Fatores que dificultam a produção no assentamento Antonio Conselheiro**

FATORES DIFICULTADORES	GRAU DE IMPORTÂNCIA					
	Importante		Pouca importância		Sem importância	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Crédito	89	72,35	31	25,20	3	2,45
Assistência Técnica	83	67,47	36	29,26	4	3,27
Mão-de-obra	7	5,70	20	16,26	96	81,04
Área de Plantio	6	4,87	30	24,39	87	70,74

Dois delimitadores que devem ser levados em consideração para construção do meio rural sustentável: o crédito e a assistência técnica. No caso específico do assentamento Antonio Conselheiro, 72,35% dos entrevistados apontou o crédito como variável importante para alavancar a produção; 67,47% apontou a assistência técnica; 5,70% a mão-de-obra e 4,87% a área de plantio. Assim, é possível interpretar que o crédito e a assistência técnica são duas variáveis indispensáveis para alavancar a agricultura familiar no Assentamento Antônio Conselheiro.

Embora, todas as dificuldades vivenciadas pelos produtores no assentamento Antonio Conselheiro, quando indagados sobre a melhoria das condições de vida depois que passaram a morar no assentamento, 70,05% responderam que a vida melhorou, 9,10% afirmaram que as condições de vida ficaram igual e apenas 20,85% responderam negativamente.

Com isso, a vida no assentamento Antonio Conselheiro é melhor para a maioria dos assentados, o que confirma a necessidade de que a assistência técnica e extensão rural cumpram com seu papel.

Importante ressaltar que segundo lideranças do MST, no início do século XXI, muitas famílias, abandonaram seus lotes, alegando a ausência de políticas afirmativas dos interesses dos agricultores familiares, ausência de assessoramento técnico, áreas degradadas e de baixa produtividade, a ausência de água em muitas propriedades, bem como, a falta de condição para colocar a produção da pequena propriedade no mercado consumidor.

Para efeito de registro, os assentados reconhecem a importância da luta dos

movimentos sociais em favor da democratização do acesso á terra, de modo que a mesma promova qualidade de vida da população, compatibilizando o desenvolvimento econômico sustentável, solidário, promovendo a equidade social e a manutenção dos estoques de capital natural.

Os avanços mais significativos para a consolidação do Assentamento Antonio Conselheiro estão nos desdobramentos sociais e econômicos para Tangará da Serra e municípios circunvizinhos. Do ponto de vista social, a quantidade de famílias que passou a ter uma fonte renda própria, combateu, em partes, para diminuição de problemas estruturais no perímetro urbano. Enquanto economia, as diversas linhas de créditos conquistadas para financiar a abertura do Assentamento geraram investimentos aproximados de nove milhões e setecentos mil reais, além dos investimentos na abertura de estradas, construção de casas, instalação de rede elétrica, implantação de poços artesianos, escolas, dentre outros.

A maior contradição levantada foi o pouco assessoramento técnico aos agricultores familiares para o uso e manejo do solo, o planejamento da economia familiar e a abertura do mercado consumidor local à produção.

## **5.2 A atuação da EMPAER no Assentamento Antonio Conselheiro**

Em Tangará da Serra a unidade de escritório local da EMPAER é responsável por atender o Assentamento Antonio Conselheiro, esta unidade atua com uma equipe de 06 servidores, sendo distribuídos em: 02 técnicos em agropecuária para as atividades de pesquisa, 02 técnicos em agropecuária para as atividades de assistência técnica e extensão rural e mais dois servidores que atuam no apoio administrativo.

Esta equipe reduzida é um dos principais problemas com relação a atuação da EMPAER em Tangará da Serra, pois temos uma grande quantidade de agricultores familiares presentes nesta cidade, só no Assentamento Antonio conselheiro são 999 famílias, mais a comunidade indígena com 2000 indígenas que vivem em Tangará da Serra e sem contar todas as outras comunidades tradicionais de agricultura familiar que atuam nos arredores de Tangará da Serra, todas estas populações também precisam do apoio técnico da extensão rural. O acesso a extensão rural é discutido na PNATER, no corpo da lei em seu artigo 3º inciso II que diz, “gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural”.

A unidade local da EMPAER dispõe da seguinte estrutura: um prédio próprio de patrimônio da EMPAER contendo um espaço físico de 250 metros quadrados distribuídos em 6 salas, mobília completa em todas as salas em bom estado de conservação, dois veículos Fiat uno quatro portas motor 1.0 ano 2008, 05 computadores, 02 aparelhos de GPS.

Se considerarmos o tamanho reduzido da equipe de trabalho da EMPAER de Tangará da Serra, podemos considerar que as condições objetivas de trabalho com relação a estrutura física e de equipamento está satisfatória.

Os dois técnicos da EMPAER que trabalham com assistência técnica e extensão rural trabalham na EMPAER a mais de 25 anos, tendo experiência e vivência de campo, conhecendo as principais lideranças do assentamento, bem como os principais problemas vividos pelos assentados com relação às questões de produção.

Quando argüidos sobre qual a predominância da atuação profissional para prestação dos serviços de Ater, os dois técnicos responderam que predominantemente, a sua forma de atuação profissional esta no atendimento por demanda em assistência técnica (culturas e criações), ficando descartada a predominância por atendimento de projetos (assistência técnica, difusão de tecnologia, organização rural) e também não sendo predominante nos atendimentos as visitas técnicas periódicas e aleatórias nos diferentes bairros rurais.

A assistência técnica que não privilegia nas suas formas de atendimento as visitas as famílias, acaba prestando um tipo de assistência que não apresentam as condições de entender as especificidades de cada unidade familiar não tendo desta forma uma análise precisa para que a interferência possa ser positiva por parte do técnico extencionista, pois, nada substitui a investigação in loco por parte de quem presta a assistência, isto sem mencionar a importância da visita técnica para o planejamento participativo.

Ainda em vista a equipe reduzida para atendimento das famílias do assentamento Antonio conselheiro, quando perguntado sobre a quantidade de atendimentos realizados por semana. A média de atendimento por semana segundo os dois técnicos são de 5 assentados por semana. Estes atendimentos são realizados na sede do escritório da EMPAER. O baixo número de atendimento as famílias do assentamento Antonio Conselheiro acontece devido aos outros grupos de agricultores não assentados que são também atendidos pelos serviços de Ater público oferecidos pela EMPAER.

O tempo médio de atendimento no escritório da EMPAER como no estabelecimento do assentado, na resposta dos dois técnicos, foi um tempo médio menor que

uma hora. Com isso é possível afirmar que a pressão por atendimento por parte dos agricultores, faz com que os técnicos da EMPAER tenham que construir um modelo de atendimento em massa, que garanta a maior quantidade de atendimentos possíveis, não tendo como preocupação central a qualidade.

Um dos objetivos principais desta pesquisa foi o de saber se são utilizados métodos participativos para a execução dos serviços de Ater oferecidos pela EMPAER. Os técnicos ao serem questionados sobre isto respondem negativamente, não sendo realizado planejamento participativo, muito menos lançam mão de técnicas que possibilitem a participação dos produtores. Ainda segundo os técnicos o pequeno número de técnicos na EMPAER não os possibilitam fazerem trabalhos diferenciados para com as comunidades atendidas.

Outro objeto de nossa pesquisa era saber se a EMPAER de Tangará da Serra realiza orientações ou atividades que conduzam a produção dos agricultores do assentamento Antonio Conselheiro para a transição Agroecológica. A resposta dos dois técnicos foi negativa, a EMPAER não realiza nenhum trabalho para a transição agroecológica, operando desta forma em desconformidade com o que diz a PNATER, tanto com relação à transição agroecológica como também com relação à adoção de métodos participativos.

Mas, será que a equipe técnica da EMPAER não realiza a transição agroecológica e adoção de métodos de participação, por não terem as competências técnicas de fazê-las? Pensando em responder estas perguntas, foi perguntado aos técnicos se os mesmos já fizeram cursos de capacitação para atender as premissas da PNATER com relação aos métodos participativos e a transição agroecológica. Os dois técnicos responderam que fizeram cursos de capacitação oferecidos pela EMPAER, bem como têm material de apoio sobre transição agroecológica e métodos participativos, e que participam de cursos permanentes sobre outros temas ligados a produção, que são oferecidos pela EMPAER e por outras entidades parceiras.

Com a afirmativa de que os técnicos tem conhecimentos sobre agroecologia e técnicas de planejamento participativo, suscitam outras reflexão sobre a implementação de uma política que traz em seu bojo mudanças tão profundas na forma de se fazer assistência técnica e extensão rural, que são: o perfil técnico dos extensionista (aceitação para as mudanças citadas na PNATER) e suficiência tecnológica para produção de produtos a base da ciência da agroecologia.

A EMPAER é uma empresa pública com 46 anos de idade que encontra-se diante de um grande desafio: estar presente de forma quantitativa e qualitativa junto aos agricultores familiares do estado de Mato Grosso para responder a uma nova extensão rural que está nascendo(PNATER).

### **5.3 Perspectivas e desafios da EMPAER**

Mesmo com todas as dificuldades a EMPAER em Mato Grosso, está empenhada em uma reestruturação, para atender com mais qualidade e eficiência as famílias produtoras.

Buscando entender as questões estruturais da EMPAER foi entrevistado o Senhor Enock Alves dos Santos, Diretor Presidente da EMPAER, e lhe perguntado sobre como a EMPAER está se organizando para atender a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O Senhor Enock Alves dos Santos respondeu que a EMPAER está passando por um processo de reestruturação para aumentar a abrangência dos Serviços de ATER na agricultura familiar e prestar Assistência Técnica e Extensão Rural Permanente e de qualidade.

Esta proposta foi apresentada junto ao Governador eleito Silval Barbosa pelo presidente da EMPAER e por uma equipe de servidores do quadro efetivo. A proposta está situada em três pontos:

O primeiro ponto esta relacionado com ampliação e efetivação do quadro de pesquisadores e extensionistas, passando de 295 técnicos de campo concursados para 850 técnicos. Com isso, será possível passar dos 31.600 mil (22,6% do total) de agricultores familiares atendidos, para 92.500 mil (65% do total) no período de 2011 a 2013.

A atual situação funcional dos servidores inseridos no quadro através de cargos em comissão ou contrato temporário, provoca grande rotatividade de técnicos, impossibilitando a manutenção de pessoal capacitado e gerando um dispêndio significativo de recursos financeiros em capacitação de pessoal. Segundo o Presidente da EMPAER a inserção de pessoal via concurso público será a solução para esse problema.

O Presidente da EMPAER informou que com a força de trabalho de 295 extensionistas de campo a EMPAER, conseguiu captar do Governo Federal, recursos

financeiros da ordem de R\$ 18,0 milhões(dezoito milhões de reais) para atender as 31.600 agricultores. Com a força de trabalho proposta, poderá captar recursos da ordem de R\$ 48.0 milhões(quarenta e oito milhões de reais), capaz de atender a 92.500 famílias de agricultores familiares.

O segundo ponto de reestruturação para que a EMPAER, no desempenho de suas funções possa melhor seu atendimento está relacionado à natureza jurídica de empresa de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. Essa figura jurídica de empresa pública de direito privado sob o regime de sociedade anônima tem sido um dos pontos dificultadores na captação de recursos intra-governamentais, afetando a garantia da manutenção do serviço de Ater. A transformação em empresa pública sem fins lucrativos facilitará a captação de recursos provenientes do orçamento do Estado, da União e de recursos internacionais. Portanto, para que a EMPAER-MT possa desempenhar a função institucional de Órgão de Governo executor das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural este é um assunto que deve ser tratado.

O terceiro ponto a ser reestruturado é o crescimento estrutural de: carros, computadores, equipamentos, mobiliários e outros. Para que a equipe técnica presente e futura possa dispor das condições objetivas necessárias para fazer o seu trabalho conforme a exigências da PNATER.

A proposta de reestruturação apresentada pela EMPAER foi acatada pelo Governador Silval Barbosa e está sendo elaborada uma mensagem de lei que será enviada a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso para apreciação.

A mais importante reestruturação que a EMPAER possa fazer está no seu pensar e na sua forma de operacionalizar os seus serviços de Ater, conduzindo seus técnicos para uma nova forma de praticar a extensão rural, uma prática que conduza os agricultores para um Mato Grosso sustentável.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa análise levou em consideração que a transição de um modelo de extensão a outro não é tarefa fácil, visto que os dois modelos de extensão, o velho baseado numa perspectiva difusionista é radicalmente diverso da PNATER, que se propõe a trabalhar com metodologia participativa, que leva em consideração os saberes dos produtores e defende os princípios da agroecologia. Dessa forma, a análise aqui apresentada, embora pertinente, se propõe a apontar alternativa para que a PNATER se efetive de fato.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural nasceu de uma ação reflexiva de um conjunto de atores da sociedade brasileira, que atuam com assistência técnica e Extensão rural, assim passados seis anos de sua construção ela precisa ser analisada e medida. O Objetivo desse trabalho foi analisá-la e verificar em que medida ela vem se constituindo.

Verificou-se que no caso da EMPAER as Metodologias Participativas, não são praticadas pelos extencionistas, conforme relatam os assentados e os próprios extencionistas. Além disso a EMPAER não trabalha com a transição agroecológica, pois nenhum dos assentados afirmaram terem recebido por parte dos técnicos instruções agroecológicas de preparo da terra para o plantio, adubação agroecológica e controle de plantas adventícias, apenas 5 entrevistados afirmaram ter recebido orientação para o controle agroecológico de pragas e doenças, 13 entrevistados afirmaram receber orientações de educação ambiental e por último os próprios técnicos também afirmam não realizarem a transição agroecológica.

Embora, todas as dificuldades vivenciadas pelos produtores no assentamento Antonio Conselheiro, quando indagados sobre a melhoria das condições de vida depois que passaram a morar no assentamento, 70,05% responderam que a vida melhorou, 9,10% afirmaram que as condições de vida ficaram igual e apenas 20,85% responderam negativamente.

Com isso, a vida no assentamento Antonio Conselheiro melhorou para a maioria dos assentados, o que confirma a necessidade de que a assistência técnica e extensão rural cumpram com seu papel, de oferecer apoio técnico, para que as famílias consigam produzir alimento de qualidade e melhorar a sua renda.

A EMPAER investe na redução de sua insuficiência no número de técnicos e estrutura física, mas é necessário que além de aumentar sua estrutura e capacidade de atendimento, seja feito um programa de capacitação dos atuais técnicos para atuarem de acordo com a PNATER. Para os novos técnicos que serão contratados, é necessário que a Empresa encontre instrumentos que leve em consideração a formação e o perfil para trabalhar com agricultura familiar, agroecologia e métodos participativos, talvez este seja um dos grandes desafios para implantação desta Política, pois as Universidades não preparam os futuros profissionais para atuarem neste tipo de trabalho.

Por fim é necessário afirmar que a PNATER, esta importante política pública que tem um papel estratégico para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil não é uma realidade no Assentamento Antonio Conselheiro.



## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

ARBEX JR & SENISE, José & Maria Helena Valente. **Cinco séculos de Brasil**. São Paulo: Moderna, 2002.

AZEVEDO, Fernando Antônio, *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2000. 225 p.

BARROS, A. J. da S. – **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, Makron Books, 2000.

BONILLA, J. A. **Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992. 261 p.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. São Paulo. Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos R. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS - Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**. Brasília: 2009. Elaboração: Colmar Rodrigues Domingues, Carlos Humberto Osório Castro, Aico Sipriano Nogueira.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

CASTRO, Sueli Pereira. BARROZO, João Carlos. COVEZZI, Marinete. PRETTI, Orestes. **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade.”** Cuiabá. EdUFMT, 2002.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público**. (Tese de mestrado). Santa Maria/RS: CPGER/UFMS, 1991. Disponível em:

<<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0811809733.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2007.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Ed. Bagaço, 2006. p. 9-34.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, RS, v.1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; **Agroecologia. Enfoque científico e estratégico**. Porto Alegre: EMATER/RS. 2002, 4 p Disponível em <http://www.agroeco.org/brasil/material/ConceitoAgroecologia.pdf> acesso em .7 de maio de 2008

CAPORAL, F. R; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, [20-?] Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/index.php?sccid=98>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.; GROULX, L.; LAPERRIÈRE, A. MAYER, R.; PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p.295-316.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. 4.<sup>a</sup> ed. - São Paulo: Cortez, 2000. 164 p.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva**. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.4, p.50-60, out./dez. 2000.

EMPAER-MT. Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural Disponível em:<<http://www.EMPAER.mt.gov.br>>. Acesso em: 5 mai. 2010.

EMPAER –MT. Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural: Informativo anual de 2009. Cuiabá: Estúdio Press, 2009.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. São

Paulo: Globo, 1997. vol. 1 e 2.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: SEDUC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: SEDUC, 2001.  
Edição revisada. Essa versão ampliada traz informações sobre economia, política, história, cultura, geografia e meio ambiente.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003, 72 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAJARDO, Marcela. *Pesquisa Participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GATTI, B. A. A. **Construção da Pesquisa em Educação**. Brasília: Plano V1, 2002, 87 p.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GOLÇALVEZ, H. A. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005. 142p.

GUTERRES, I. **Agroecologia militante**. Contribuição de Enio Guterres. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2006. 184 p.

HOBBS, Thomas. **Do estado natural ao estado social**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HOUAISS. A. Novo dicionário Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2001.

JESUS. Paulo de. Metodologia científica e o cotidiano da extensão rural: Algumas relações. In BRASIL. **Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS** - Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2009. Elaboração: Colmar Rodrigues Domingues, Carlos Humberto Osório Castro,

Aico Sipriano Nogueira. (p. 67-80)

LOCKE, John. **Nem os princípios, nem as idéias são inatas**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MADEIRA, V. P. C. e PONTES-PESSOA, L G. A representação social de ser professor. In: III JORNADA INTERNACIONAL E I CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. Rio de Janeiro, 2003. **Anais**, Rio de Janeiro: UERJ, 2003. p. 2258- 2274.

MADUREIRA DE SIQUEIRA, Elizabeth. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

MADUREIRA, Elizabeth. **Revivendo Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC: 1997.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, A, U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo, Contexto 1997 – (Caminhos da Geografia), 164 p.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **Famílias e natureza. As relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra – MT**. Tangará da Serra: Tangará, 2004.

PEREIRA, Aires José. **Tangará da Serra: nova fronteira agrícola e sua colonização**. Tangará da Serra: São Francisco, 2000.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia: do mel ao sangue**. Sinop – MT: Editora Fiorelo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: a ilusão da terra prometida**. Sinop – MT: Editora Fiorelo, 2005

PRIORE, et al. *Documentos de história do Brasil: de Cabral aos anos 90. 2001: 14,15*

QUEDA, O. **Extensão Rural: Para que e para quem?** Congresso da Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores da Extensão Rural do Brasil, 3. Anais. Fortaleza: ASSER, 1991.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas,

1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335p.

SOUZA, A. M. **Práticas Pedagógicas Acerca da Sexualidade implicações nas séries iniciais**. 2004. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Projeto de Licenciaturas Plenas Parceladas. Universidade do Estado de Mato-Grosso. Araputanga, 2005.

WEHLING & WEHLING, Arno & Maria José C. de. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WINCK, Bruna Raquel. LAFORGA, Gilmar. **Tipificação de Unidade de Produção no Assentamento Antonio Conselheiro, Barra do Bugres – MT**. Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4. nº. 2. P. 721 – 724.

**APÊNDICE – A: Questionário elaborado para inquirir os assentados do Assentamento Antônio Conselheiro**

**QUESTIONÁRIO I**

Prezado (a) Sr. (a),

O objetivo deste questionário é conhecer a estrutura, a forma que vem sendo conduzida e como vem sendo colocadas em prática as propostas do serviço de extensão rural da PNATER pela EMPAER, **sob o olhar dos assentados**. Gostaríamos da sua participação na nossa pesquisa, fornecendo dados que irão complementar e enriquecer o referido levantamento.

Não há respostas corretas e erradas, apenas as que estão certas para você.

Esperamos contar com sua participação e agradecemos antecipadamente.

**MUITO OBRIGADO!**

ASSINATURA DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_

**Questionário Assentamento Antonio Conselheiro**

**1) Identificação do entrevistado**      **Data de aplicação do questionário:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1.1) Nome completo do entrevistado: \_\_\_\_\_

1.2) Endereço do lote onde reside: \_\_\_\_\_

1.3) Idade: \_\_\_\_\_ 1.4) sexo: \_\_\_\_\_

1.5) Que atividade de trabalho faziam antes de serem assentados?

( ) a) comércio ( ) b) indústria ( ) c) atividade agrícola ou pecuária ( ) d) outros

1.6) Escolaridade do entrevistado?

	a) Analfabeto
	b) Ensino fundamental incompleto
	c) Ensino fundamental completo
	d) Ensino médio incompleto
	e) Ensino médio completo
	f) Ensino superior incompleto
	g) Ensino superior

**2) Quais foram as principais fontes de informações técnicas utilizadas na produção? (resposta múltipla, assinale atribuindo níveis de importância)**

I) Sem importância

II) Pouca importância

III) Importante

	A – Rádio
	B – televisão
	C – Jornal, folhetos sobre agricultura
	D – Reunião da associação, cooperativa, sindicato, mst
	E – Parentes, amigos, vizinhos
	F – Comprador
	G – técnico (governamental, ONG, particular)

**3) Participou de cursos reuniões de capacitação ?**

<b>Tipo de curso/reunião</b>	<b>O Sr. Participou de quais cursos/reunião</b> I) Sim II) Não	<b>Quem promoveu?</b> I) EMPAER II) Prefeitura Municipal(Sec. Agricultura, ou demais) III) Empresa particular IV) Sindicato, associação cooperativa, MST V) Outros.	<b>Quanto custou o curso/reunião.</b>
A) Formação de Lideranças			
B) Noções de associativismo, organização do trabalho coletivo			
C) Gerenciamento da unidade produtiva e da produção (contabilidade, controle de gastos, controle de estoque e gestão)			
D) Técnicas produtivas (técnicas de criação e cultivo, manejo dos recursos ambientais, agroindústria, etc)			
E) Alfabetização de Adultos			
F) Curso profissionalizantes			
G) Outros Cursos			

4) Quando precisa de algum apoio técnico para produção a quem recorre?

- a) ( ) EMPAER b) ( ) Sec. Agricultura c) ( ) Sindicato/associação/mst  
d) ( ) Empresa privada e) ( ) Nenhum

5) Recebeu algum tipo de assistência técnica no estabelecimento?

- ( ) Sim ( ) Não

6) Se a resposta foi sim na pergunta 5 responda. Quem fez a visita?

- ( ) I) EMPAER ( ) II) Sec. Agricultura  
( ) III) Sindicato/associação/MST ( ) IV) Empresas privada ( ) outros.

7) Se a resposta foi sim na pergunta 5 responda. Qual foi a finalidade?

Finalidade	Alternativa
1 Planejamento Participativo para as atividades produtivas	
2 Elaboração e orientação para projetos de financiamento	
3 Orientação técnica para produção	
4 Gerenciamento da unidade produtiva	
5 Outro tipo	

8) Se sim na pergunta número 5 responda. Com que frequência recebeu assistência técnica?

	Semanal/quinzenal
	Mensal
	Semestral
	De vez em quando/esporadicamente

9) Quando recebeu a visita do Técnico em seu estabelecimento foi feito algum trabalho para a transição agroecológica?

(resposta multipla, assinale se sim ou não)

Assinale a alternativa conforme nível de importância.	Práticas agroecológicas
	Preparo agroecológico da terra para o plantio
	Adução agroecológica
	Controle agroecológico de pragas e doenças
	Controle de plantas adventícias
	Educação ambiental
	Alguma outra prática agroecológica
	Resposta: _____

10) Quando recebeu a visita do Técnico em seu estabelecimento (quem respondeu sim na



**pergunta 5) como foi a visita com relação aos métodos participativos?** (resposta multipla, assinale se sim ou não)

	Convidou todos os participantes da produção ( esposa, marido, filhos e outros) para um planejamento participativo?
	Foi feito um planejamento de todas as atividades produtivas do lote?
	Levou em consideração os conhecimentos do produtor? (Interagindo os conhecimentos técnicos, com os conhecimentos do agricultor)

**11) Quando recebeu a visita do Técnico (so para quem respondeu EMPAER na pergunta 6) em seu estabelecimento como foi a visita com relação aos métodos participativos?** (resposta multipla, assinale se sim ou não)

	Convidou todos os participantes da produção ( esposa, marido, filhos e outros) para um planejamento participativo?
	Foi feito um planejamento de todas as atividades produtivas do lote?
	Levou em consideração os conhecimentos do produtor? (Interagindo os conhecimentos técnicos, com os conhecimentos do agricultor)

**12) Qual o tempo médio gasto em cada visita de assistência técnica que recebeu em seu lote?**

	Visita com tempo menor que 1 hora
	Visita com tempo entre 1 e 2 horas
	Visita com tempo entre 2 e 3 horas
	Visita com tempo acima de 3 horas

**13) Com quem se orientou para comercializar a produção?** (resposta múltipla, assinale atribuindo níveis de importância)

- 1 – Sem importância
- 2 – Pouca importância
- 3 – Importante

a) Rádio	
b) Televisão	
c) Jornais, folhetos sobre agricultura	
d) Técnicos (governamental, ONG, particular)	

e) Reuniões da associação, cooperativa sindicato, mst	
f) Parentes, amigos, vizinhos	
g) Comprador	
h) Outros	Resposta _____

**14) Já perdeu alguma produção por não conseguir comercializar ?**

a) Sim       b) Não

**15) Gostaria de produzir outros produtos e não consegue?**

a) Sim       b) Não

**16) Se sim na resposta da pergunta número 15 responda. Quais as dificuldades abaixo o impedem de produzir?**

(resposta multipla, assinale atribuindo níveis de importância)

- 1- Sem importância
- 2- Pouca importância
- 3- importante

	Falta de crédito?
	Falta de assistência Técnica?
	Falta de mão de obra?
	Falta área para o plantio?

**17) O agricultor considera que a vida melhorou depois que veio morar no assentamento Antonio Conselheiro?**

Sim     Não     Ficou Igual

**APÊNDICE – B: Questionário elaborado para inquirir os técnicos extensionistas da EMPAER**

**QUESTIONÁRIO II**

Prezado (a) Sr. (a),

O objetivo deste questionário é conhecer o método e a abordagem utilizada pelos técnicos extensionistas nos serviços de extensão rural disponibilizados aos assentados do Assentamento Antonio Conselheiro. Gostaríamos da sua participação na nossa pesquisa, fornecendo dados que irão complementar e enriquecer o referido levantamento.

Não há respostas corretas e erradas, apenas as que estão certas para você.

Esperamos contar com sua participação e agradecemos antecipadamente.

**MUITO OBRIGADO!**

ASSINATURA DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_

1) Identificação do entrevistado:

1.1) Nome completo do entrevistado: \_\_\_\_\_

1.2) Endereço: \_\_\_\_\_

1.3) Idade: \_\_\_\_\_ 1.4) sexo: \_\_\_\_\_

1.4) Data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

2) Qual a sua última formação? ( ) Técnico -Curso ..... Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

( ) Superior - Curso ..... Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

3) Tem especialização ou pós-graduação? ( ) Sim ( ) Não

a. Qual a última? ( ) especialização(mais de 160 horas-aula) ( ) mestrado ( ) doutorado

b. Em qual a área? \_\_\_\_\_

4) Há quanto tempo você trabalha com assistência técnica e extensão rural? \_\_\_\_\_ anos.

5) Quantos Técnicos extensionistas há na EMPAER do Mato Grosso e a na EMPAER de Tangará da Serra?

6) Predominantemente, a sua forma de atuação profissional para a prestação dos serviços de ATER é?

- atendimento da demanda em assistência técnica (culturas e criações)
- atendimento por projeto (assistência técnica, difusão de tecnologia, organização rural etc) com público definido.
- visitas técnicas periódicas e aleatórias nos diferentes bairros rurais.
- outras: \_\_\_\_\_.

7) Qual o número médio de famílias do assentamento Antonio Conselheiro atendidas pelos técnico na semana ?

8) Qual a frequência média de visitas nos estabelecimentos rurais do assentamento, por técnico extencionista, a cada família atendida?

- semanal/quinzenal  mensal  semestral  De vez em quando/espóradicamente

9) Quando do atendimento/visita foi feito algum tipo de planejamento participativo para as atividades produtivas?(levando em consideração questões: ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas).

10) Qual o tempo médio dedicado pelo técnico/extencionista em cada atendimento que é feito no escritório da EMPAER e em cada visita ao estabelecimento do produtor ?

11) É feito por parte do técnico extencionista orientações/atividades para a transição agroecológica?

- Sim  Não

12) Se sim na questão anterior(questão 11) quais orientações/atividades são realizadas?

13) Qual estrutura disponibiliza a EMPAER para a realizar os serviços de extensão rural? (salas de apoio, moto, carro, combustível...)

14) A EMPAER possui um plano de capacitação permanente para seus técnicos para as atividades de extensão rural?

( ) Sim                      ( ) Não

15) Foi feito por parte da EMPAER de MT, algum tipo de capacitação para atender as novas premissas da Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural?

15.1 planejamento participativo

15.2 Transição Agroecológica.

15.3 outras. Qual? \_\_\_\_\_

**APÊNDICE – C: Questionário elaborado para inquirir a direção administrativa da EMPAER**

**QUESTIONÁRIO III**

Prezado (a) Sr. (a),

O objetivo deste questionário é conhecer como a EMPAER se prepara para Atender os pressupostos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Não há respostas corretas e erradas, apenas as que estão certas para você.

Esperamos contar com sua participação e agradecemos antecipadamente.

**MUITO OBRIGADO!**

ASSINATURA DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_

1) Como a EMPAER se prepara para Atender as Exigências da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural ( PNATER).

